



RELATÓRIO DE DIAGNÓSTICO

Dos Gabinetes de Apoio aos Estudantes e Associações de
Estudantes das IES de Angola



Agosto de 2025

Cleide B. Costa

Evaldo Chindele



EXPERTISE
FRANCE
GROUPE AFD

GOVERNHO DE
ANGOLA

mescti
Ministério da Educação Superior



Financiado pela União Europeia

Conteúdo

Índice de Figuras.....	3
Índice de Tabelas.....	3
SUMÁRIO EXECUTIVO.....	4
1. ENQUADRAMENTO GERAL.....	6
1.1. Introdução.....	6
1.2. Objectivos do diagnóstico.....	6
1.3. Enquadramento jurídico-institucional e observações.....	7
1.4. Estrutura do relatório.....	7
2. Metodologia e participação.....	9
2.1 Delineamento Metodológico.....	9
2.2. Critérios de selecção da Amostra.....	10
2.3 Técnicas de Recolha de Dados.....	11
2.4. Limitações e Considerações Éticas.....	12
3. RELATO TÉCNICO DAS VISITAS ÀS IES.....	12
3.1. Universidade Agostinho Neto.....	13
3.2. Universidade Mandume Ya Ndemufayo.....	14
3.3. Instituto Superior Politécnico de Cabinda.....	15
3.4. Universidade Katavala Bwila.....	17
3.5. Universidade José Eduardo dos Santos.....	19
3.6. Instituto Superior Universitário Nimi Ya Lukeni.....	21
4. RESULTADOS DOS INQUÉRITOS ONLINE.....	23
4.1. Participação e Taxa de Resposta.....	23
4.2. Composição e Funcionamento dos GAEs.....	23
4.3. PERFIL E ACTIVIDADE DAS ASSOCIAÇÕES DE ESTUDANTES.....	27
4.4. Principais Desafios Identificados.....	28
4.5. Boas Práticas e Casos Inspiradores.....	31
5. ANÁLISE E DIAGNÓSTICO COMPARADO.....	34
5.1. Análise SWOT Geral dos GAEs/DAEs e AEs.....	34
5.2. Disparidade entre Regiões e Tipologias de IEs.....	38

5.3. Grau de Maturidade dos GAEs/DAEs.....	42
5.4. Grau de Maturidade das Associações de Estudantes.....	43
5.3. Percepção dos GAEs e AEs pelos membros de direcção	46
6. RECOMENDAÇÕES E LINHAS DE ACTUAÇÃO PARA O PROJECTO-PILOTO	48
6.1. Eixos de intervenção estratégica	48
6.2. Sugestões para a fase piloto	50
6.3. Papel da UNI.AO e das IES no sucesso da intervenção.....	53
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
8. ANEXOS.....	55
ANEXO I – Inquérito com os pesos.....	55
ANEXO II – Listagem das IES contactadas para participarem do inquérito por questionário	55
ANEXO III – Guião de apoio das entrevistas: Metodologia CHARP	55
ANEXO IV – Respostas dos inquéritos.....	55
9. BIBLIOGRAFIA	56

Índice de Figuras

Figura 1. Equipa de trabalho UAN.	13
Figura 2. Equipa de trabalho UMN.	14
Figura 3. Equipa de trabalho do ISPCAB.	15
Figura 4. Equipa de trabalho UKB.	17
Figura 5. Equipa de trabalho UJES.	19
Figura 6. Equipa de trabalho ISPUNYL.	21
Figura 7. Respostas por representação das diferentes estruturas.	23
Figura 8. Percentagem de formalização dos GAEs/AEs.	24
Figura 9. Existência de equipa técnica afectada ao GAE/AE.	25
Figura 10. Quantidade de profissionais envolvidos nos GAEs/AEs.	25
Figura 11. Nível de maturidade dos GAEs/DAEs.	43
Figura 12. Percepção dos membros da direcção.	47

Índice de Tabelas

Tabela 1- IES Visitadas.	10
Tabela 2. Nível de maturidade dos GAEs/DAEs.	42
Tabela 3. Nível de maturidade das AEs.	44
Tabela 4. Percepção da Direcção sobre os GAEs e AEs.	46

SUMÁRIO EXECUTIVO

4

O presente Relatório de Diagnóstico, elaborado em Agosto de 2025 no âmbito do Programa UNI.AO, tem como finalidade avaliar a situação actual dos Gabinetes de Apoio aos Estudantes (GAEs) e das Associações de Estudantes (AEs) em diversas Instituições de Ensino Superior em Angola. A análise incidiu sobre as condições estruturais, organizacionais e funcionais destas entidades, permitindo identificar lacunas, desafios e áreas prioritárias de intervenção. Os resultados obtidos constituem uma base para a definição de um plano de reforço institucional e de capacitação, tendo em vista o fortalecimento do papel dos GAEs e das AEs no apoio à comunidade estudantil.

A metodologia adoptada combinou análise documental, aplicação de inquéritos e realização de entrevistas com gestores, técnicos e representantes estudantis. A amostra, correspondente a cerca de 30% da população, é considerada adequada face ao objectivo principal do estudo, realizar um diagnóstico. Embora o número de instituições abrangidas tenha permitido recolher dados relevantes e consistentes, a dimensão relativamente limitada da amostra constitui uma restrição à possibilidade de generalização dos resultados a todo o sistema de ensino superior em Angola.

Os principais achados revelam que:

- Existem desigualdades significativas entre as instituições da capital e as das demais províncias, tanto ao nível das infraestruturas como dos recursos humanos.
- Muitos GAEs/AEs carecem de condições físicas adequadas, equipamentos básicos e acesso a ferramentas digitais que lhes permitam apoiar eficazmente os estudantes.
- Há uma forte necessidade de serviços de apoio psicossocial e pedagógico, ainda pouco desenvolvidos na maioria das instituições.
- A comunicação interna e externa é frágil, faltando canais estruturados de diálogo entre estudantes, associações e órgãos de gestão académica.
- A ausência de regulamentação interna clara limita a actuação dos GAEs/AEs e fragiliza a sustentabilidade das suas iniciativas.

Face a este quadro, foram identificadas como prioridades estratégicas:

- Reforço das infraestruturas físicas e digitais dos GAEs/AEs.
- Elaboração de regulamentos internos e modelos de planos de actividades.
- Criação de programas de formação em competências técnicas e transversais (comunicação, liderança, tecnologia e inovação).
- Promoção de acções de integração estudantil, saúde mental e inclusão.



→ Estabelecimento de parcerias interinstitucionais e internacionais para partilha de boas práticas e mobilização de recursos.

O relatório conclui que, apesar dos constrangimentos, os GAEs e AEs representam um instrumento vital de apoio, inclusão e participação estudantil. Investir no seu fortalecimento significa não apenas melhorar a experiência académica dos estudantes, mas também consolidar a resiliência institucional das Instituições de Ensino Superior.

Este diagnóstico constitui, assim, uma base estratégica para a definição de acções piloto e para a elaboração do subsequente Documento de Acção, que detalhará objectivos, resultados esperados, partes interessadas, actividades, indicadores, cronograma e orçamento necessários à implementação das recomendações.

1. ENQUADRAMENTO GERAL

1.1. Introdução

6

O presente relatório tem como objetivo apresentar o diagnóstico dos Departamentos/Gabinetes de Apoio ao Estudante (GAEs/DAEs) e das Associações de Estudantes (AEs), no âmbito do Programa de Apoio ao Ensino Superior - UNI.AO, uma iniciativa de cooperação entre a União Europeia e a República de Angola, implementada pela agência Expertise France.

A partir da análise realizada, procurou-se compreender os principais desafios enfrentados por estas estruturas, os quais comprometem a sua plena actuação. Com base neste diagnóstico, propõe-se uma linha de acção para o desenvolvimento de um projecto-piloto, orientado ao reforço da resiliência institucional e ao aumento do impacto dos DAEs e AEs no contexto das IES.

É importante referir que, embora inicialmente estivesse previsto realizar-se o diagnóstico dos Gabinetes de Apoio ao Estudante, constatou-se que, o que existe formalmente, conforme previsto na legislação vigente, são os Departamentos de Apoio ao Estudante (DAEs). Assim, este relatório centra-se no diagnóstico dos DAEs, ajustando-se à estrutura real das Instituições de Ensino Superior.

1.2. Objectivos do diagnóstico

O diagnóstico tem como principal objectivo avaliar o estado actual de funcionamento dos Departamentos de Apoio ao Estudante e das Associações de Estudantes nas Instituições de Ensino Superior (IES) angolanas, identificando as suas potencialidades, limitações e necessidades prioritárias.

Especificamente, o diagnóstico visa:

- Mapear a existência e a estrutura funcional dos DAEs e AEs nas IES seleccionadas;
- Analisar o enquadramento institucional dos DAEs, bem como verificar a sua integração na estrutura orgânica e os recursos disponíveis (humanos, financeiros e materiais);
- Tentar perceber o grau de participação estudantil nas AEs, bem como os mecanismos de articulação entre estas e os órgãos de gestão académica;
- Identificar os principais constrangimentos que limitam a actuação efectiva dos DAEs e das AEs;
- Recolher boas práticas e experiências relevantes que possam informar a construção de soluções replicáveis;



- Recolher subsídios para o desenho de um projecto-piloto de capacitação institucional, que contribua para a valorização do papel dos DAEs e AEs no desenvolvimento académico, social e cívico dos estudantes.

1.3. Enquadramento jurídico-institucional e observações

7

A legislação angolana que regula a organização das Instituições de Ensino Superior Públicas (IESP), o Decreto Presidencial n.º 256/21, de 21 de outubro de 2021 estabelece a estrutura organizacional dos serviços internos das IESP. Este diploma legal inclui, entre outros elementos, a previsão formal dos DAEs, os quais se inserem na Área dedicada aos Assuntos Académicos (Decreto Presidencial n.º 256/21, 2021).

No actual enquadramento jurídico, embora não exista uma legislação específica que regule os chamados Gabinetes de Apoio ao Estudante (GAEs), os DAEs estão claramente previstos como parte da estrutura de apoio ao estudante dentro das IES. A confusão entre as duas designações pode dever-se a um lapso interpretativo ou a variações institucionais na aplicação da terminologia. No entanto, torna-se essencial clarificar esta distinção, de forma a promover uma nomenclatura uniforme e alinhada com a legislação oficial.

Relativamente às AEs, o Decreto Presidencial n.º 310/20, de 7 de dezembro consagra o direito dos estudantes à representação institucional. O Artigo 145.º deste diploma garante aos estudantes do ensino superior o direito de pertencer a associações, bem como de eleger e ser eleitos para órgãos representativos no seio das suas instituições (Decreto Presidencial n.º 310/20, 2020). Esta disposição fortalece o papel das AEs como entidades legítimas de representação estudantil, reconhecendo a sua relevância na promoção da participação ativa dos estudantes na vida académica e institucional das IES.

1.4. Estrutura do relatório

O presente relatório está estruturado da seguinte forma:

1. Enquadramento Geral – Apresenta a contextualização do estudo, destacando a sua relevância no âmbito do Ensino Superior em Angola.
2. Metodologia e Abordagem da Consultoria – Descreve os métodos adotados para a recolha e análise da informação, bem como a abordagem seguida ao longo da consultoria.
3. Relato Técnico das IES Visitadas – Fornece uma apresentação sumária das instituições abrangidas pelas visitas presenciais, incluindo observações específicas resultantes dessas visitas.
4. Resultados dos Inquéritos – Analisa os dados obtidos através do questionário online, aplicado às Instituições de Ensino Superior participantes.



5. **Análise e Diagnóstico** – Sistematiza os principais desafios e potencialidades identificados nas estruturas de apoio ao estudante.
6. **Recomendações e Linhas de Actuação para o Projecto-Piloto** – Propõe acções para a implementação de um projecto-piloto com base nos resultados obtidos.
7. **Considerações Finais** – Apresenta as conclusões gerais do diagnóstico, bem como sugestões para etapas futuras.
8. **Anexos** – Inclui documentos de apoio, instrumentos de recolha de dados e outros materiais relevantes.
9. **Bibliografia** – Lista das fontes consultadas e referenciadas ao longo do relatório, em conformidade com as normas da APA.



2. Metodologia e participação

2.1 Delineamento Metodológico

O presente diagnóstico baseou-se numa abordagem predominantemente quantitativa, com o objectivo de caracterizar o estado actual dos DAEs e das AEs nas Instituições de Ensino Superior em Angola.

A metodologia foi organizada em três fases complementares, a seguir descritas:

- **Fase 1** – Levantamento Documental e Entrevistas Exploratórias Preliminares: Esta fase consistiu na recolha e análise de documentos legais e institucionais relevantes, bem como na realização de entrevistas exploratórias com actores-chave do sector, com o intuito de compreender o contexto das estruturas de apoio ao estudante e validar os instrumentos de recolha de dados.
- **Fase 2** – Aplicação de Inquéritos por Questionário e Visitas de Campo: Nesta etapa, foram aplicados inquéritos online a pontos focais designados pelas IES. Os questionários incluíram um conjunto de questões organizadas por dimensões temáticas, com pesos diferenciados de acordo com a sua relevância relativa, conforme detalhado no Anexo I, perfazendo um total de 100%. Paralelamente, realizaram-se visitas presenciais a um conjunto representativo de IES, com o objectivo de observar, in loco, as condições físicas e organizacionais das estruturas de apoio ao estudante. As visitas permitiram igualmente a realização de diálogos com equipas técnicas e representantes estudantis, visando identificar boas práticas e oportunidades de reforço da resiliência institucional.
- **Fase 3** – Tratamento e Análise de Dados: Os dados recolhidos foram sistematizados e analisados de forma a permitir uma leitura clara da realidade das estruturas de apoio ao estudante nas IES. As respostas aos inquéritos foram classificadas em três grupos, de acordo com a natureza da estrutura representada pelo ponto focal respondente: Departamentos de Apoio ao Estudante; Associações de Estudantes e membros da direcção.

O desenho metodológico procurou garantir transparência, representatividade e comparabilidade, de modo a assegurar uma leitura abrangente da diversidade institucional existente. A combinação de técnicas de recolha (documental, inquéritos e observação directa) permitiram conferir maior robustez ao diagnóstico, o que contribuiu para a formulação de recomendações contextualizadas e ajustadas às especificidades das IES envolvidas.



2.2. Critérios de selecção da Amostra

A selecção da amostra de instituições baseou-se em critérios previamente definidos e já expressos na Nota de Enquadramento desta consultoria, os quais visaram assegurar a representatividade do sistema de ensino superior angolano, considerando aspectos como a dimensão institucional, diversidade académica, distribuição geográfica e articulação com programas estratégicos em curso.

10

Os critérios adoptados foram os seguintes:

- Número total de estudantes matriculados;
- Variedade e número de cursos oferecidos;
- Existência de programas de pós-graduação com financiamento do programa UNI.AO;
- Representatividade geográfica (Norte, Sul, Centro e Luanda).

Com base na aplicação destes critérios, foi definida uma amostra representativa composta por aproximadamente 30% das Instituições de Ensino Superior (cerca de 30 IES), as quais se encontram listadas no Anexo II.

Dessas, cerca de 20% (6 IES) foram efectivamente visitadas, conforme indicado na Tabela 1. Importa referir que houve ajustes pontuais à selecção inicial, em função da disponibilidade das instituições e das condições de acesso no momento da realização das visitas de campo.

Tabela 1- IES Visitadas.

Nome da IES	Localização	Dia da visita
Universidade José Eduardo dos Santos	Huambo	09/07/2025
Universidade Agostinho Neto	Luanda	11/07/2025
Universidade Katyavala Bwila	Benguela	11/07/2025
Universidade Mandume Ya Ndemufayo	Huíla	21/07/2025
Instituto Superior Universitário Nimi Ya Lukeni*	Soyo	05/08/2025
Instituto Superior Politécnico de Cabinda	Cabinda	06/08/2025

* Entrevista on-line

Esta estratégia amostral permitiu captar informações de IES com realidades distintas (público vs privado; capital vs demais províncias; universidades generalistas vs institutos especializados), o que permitiu melhorar a validade às conclusões.



2.3 Técnicas de Recolha de Dados

Ao longo das três fases do estudo foram empregues diferentes técnicas de recolha de dados, de forma a assegurar uma compreensão abrangente e fundamentada sobre o funcionamento das estruturas de apoio ao estudante nas Instituições de Ensino Superior. As técnicas utilizadas foram as seguintes:

11

→ Levantamento documental e entrevistas exploratórias (Fase 1):

Esta fase permitiu a análise da legislação em vigor relativa ao ensino superior em Angola, bem como a recolha de algumas informações institucionais. Foram ainda realizadas entrevistas exploratórias com pontos focais das IES, que forneceram primeiras impressões contextuais e subsídios importantes para o ajuste do questionário aplicado posteriormente.

→ Inquérito por questionário online (Fase 2): O questionário foi distribuído através da plataforma Google Forms e organizado em seis secções temáticas, abordando:

- Enquadramento legal
- Estrutura organizacional
- Áreas de intervenção
- Financiamento
- Articulação institucional
- Percepções sobre desafios e necessidades

→ Visitas de campo (Fase 2): Foram realizadas visitas presenciais ao subconjunto de IES seleccionadas, com os seguintes objectivos:

- Aplicação de entrevistas semiestruturadas, baseadas na metodologia CHARP (ver modelo no Anexo III), dirigidas aos responsáveis pelos GAEs, direcções das AEs e, sempre que possível, a um representante da Direcção da IES.
- Observação directa das condições físicas e operacionais das estruturas.

→ Tratamento de dados e análise de resultados (Fase 3):

A recolha de dados foi encerrada às 15h00 do dia 7 de Agosto de 2025, sendo que respostas submetidas posteriormente não foram consideradas.

Os dados foram tratados através de estatística descritiva simples, permitindo uma leitura clara das tendências e padrões identificados.

Com base nos resultados, foi elaborada uma análise SWOT, a partir da qual foram delineadas as principais vertentes de actuação para o projecto-piloto.

A utilização combinada de diferentes instrumentos e técnicas possibilitou uma visão holística do funcionamento das estruturas de apoio ao estudante, bem como dos desafios e potencialidades associados à sua consolidação nas IES angolanas.



2.4. Limitações e Considerações Éticas

Apesar dos cuidados metodológicos adoptados ao longo do estudo, registaram-se algumas limitações que importa reconhecer:

- Restrições de tempo e logística condicionaram a realização de todas as visitas presenciais inicialmente previstas, devido a factores locais e operacionais. A IES de Malange foi substituída pela IES de Cabinda, considerando que o acesso logístico a esta última se revelou mais viável. O ISPKalandula, apesar de diversas tentativas de contacto, não chegou a receber a equipa técnica; como alternativa, foi realizada uma entrevista online via Google Meets com o ISPUNYL, no Soyo, de modo a mitigar a lacuna deixada pela impossibilidade de visita ao ISPKalandula.
- Heterogeneidade das respostas aos inquéritos, particularmente nos campos de preenchimento livre. Por exemplo, no campo “Responsável de contacto (Ponto Focal)”, algumas respostas indicaram apenas o número de telefone, quando o pretendido era a identificação nominal da pessoa. Verificaram-se ainda inconsistências na utilização de letras maiúsculas/minúsculas e a ocorrência de erros ortográficos, o que afectou parcialmente a qualidade da base de dados final.
- Possível viés de desejabilidade social, uma vez que os respondentes podem ter procurado apresentar as suas instituições de forma mais favorável do que a realidade objectiva, influenciando assim a fidelidade de algumas respostas.

No que respeita às considerações éticas, foram observados os seguintes princípios fundamentais:

- Consentimento informado: todos os participantes foram previamente informados acerca dos objectivos do diagnóstico, da metodologia de recolha de dados e da forma como os mesmos seriam utilizados.
- Uso responsável dos dados: os resultados obtidos serão utilizados exclusivamente para fins de diagnóstico, planeamento e melhoria institucional, respeitando o interesse público e os direitos dos participantes, em conformidade com os princípios de confidencialidade e integridade da informação.

3. RELATO TÉCNICO DAS VISITAS ÀS IES

No âmbito do diagnóstico das estruturas de apoio ao estudante, foram realizadas visitas técnicas presenciais a seis Instituições de Ensino Superior, com o objectivo de recolher informações detalhadas sobre a organização, funcionamento, práticas existentes e principais desafios dos DAEs)e das AEs.

A análise foi conduzida com base na metodologia CHARP, estruturada em quatro eixos:

- Hallmarks (elementos distintivos),



- Actions (acções em curso),
- Results (resultados observáveis),
- Partnerships (parcerias existentes ou desejadas).

As visitas revelaram diferentes níveis de desenvolvimento institucional, iniciativas relevantes em curso e potencialidades de melhoria nos mecanismos de apoio ao estudante.

3.1. Universidade Agostinho Neto

A visita técnica à Universidade Agostinho Neto (UAN) teve lugar no dia 11 de Julho, no âmbito do processo de diagnóstico das estruturas de apoio ao estudante. A reunião decorreu com a presença da Dra. Aurora, Chefe do Departamento de Apoio ao Estudante, do Presidente da Associação de Estudantes Geral, Orlicio Muaculungo, e de representantes das AEs das Faculdades de Direito, Medicina, Educação Física e Desporto, bem como do Instituto de Ciências da Saúde, conforme mostra a Figura 1.



Figura 1. Equipa de trabalho UAN.

Hallmarks:

A UAN apresenta uma estrutura institucional formalizada de apoio ao estudante, com DAEs e AEs presentes em cada uma das suas 10 unidades orgânicas. Ambas as estruturas possuem documentos orientadores (estatutos, regulamentos internos, missão, visão e objectivos), evidenciando um grau de maturidade organizacional importante.

Actions:

As AEs desenvolvem regularmente actividades académicas e extracurriculares, entre as quais se destacam as iniciativas "Conversas Alumni", "Pensar Fora da Caixa" e "Sextas Científicas". Os GAEs, por sua vez, apoiam os estudantes em processos administrativos e académicos, nomeadamente na compilação de documentação para bolsas de estudo e na mediação com os serviços centrais, embora ainda não promovam actividades próprias.

Results:

Foi constatada a inexistência de mecanismos formais de avaliação da satisfação dos estudantes e de indicadores de desempenho associados aos GAEs e AEs. Apesar disso, as actividades das AEs demonstram dinamismo e impacto no ambiente académico, embora não estejam ainda sistematicamente monitorizadas.

Partnerships:

Actualmente, não existem parcerias formais com entidades externas. No entanto, as AEs

mantêm contactos informais com associações estudantis nacionais e internacionais, nomeadamente do Brasil, e manifestaram interesse em desenvolver colaborações com instituições que promovam apoio psicológico, empregabilidade, estágios e formação em soft skills.

Sugestões partilhadas:

- Criação de pontos de apoio psicológico interunidades;
- Desenvolvimento de uma biblioteca virtual institucional;
- Promoção de programas de capacitação profissional e soft skills;
- Reforço das acções de empregabilidade e empreendedorismo estudantil;
- Melhoria do apoio aos processos de candidatura a bolsas de estudo.

3.2. Universidade Mandume Ya Ndemufayo

A visita técnica à Universidade Mandume ya Ndemufayo (UMN) decorreu no dia 21 de Julho, na Reitoria. Participaram da reunião: Francisco Congoia (Presidente do Conselho Fiscal da AE), Cândida Ramos (Secretária-Geral da AE), Domingos Rangel (Director dos Assuntos Académicos) e Dr. Yoenls Baú (Director dos Assuntos Científicos e Pós-Graduação), como mostra a Figura 2.



Figura 2. Equipa de trabalho UMN.

Hallmarks:

A UMN apresenta uma estrutura estudantil funcional, com AEs activas em todas as cinco Unidades Orgânicas (Medicina, Direito, Engenharias, Economia e Instituto Politécnico de Ondjiva). No entanto, apenas a Faculdade de Medicina possui um GAE formalmente constituído, com espaço próprio e equipa técnica (psicóloga e técnico administrativo). As demais unidades recorrem ao departamento académico, conforme os estatutos da instituição. Tanto o GAE como a AE da Medicina dispõem de planos de actividades e espaços próprios.

Actions:

Destacam-se programas de tutoria entre estudantes nas Faculdades de Direito e Medicina, bem como acções de extensão universitária, como o projecto “Universidade na Comunidade”, realizado em colaboração com outras IES (ex. ISPIndependente), e que inclui apresentações teatrais com fins solidários. A AE mantém uma presença activa nas redes sociais e o GAE é divulgado através do portal oficial da universidade.

Results:

Foram identificados casos de sucesso pontuais, sobretudo no GAE da Faculdade de Medicina. No entanto, não existem ainda mecanismos institucionais de avaliação da satisfação estudantil nem indicadores de desempenho formalizados para as actividades em curso.

Partnerships:

A AE mantém colaborações com entidades culturais, como o grupo teatral Ofecayeto, e participa em iniciativas conjuntas com outras instituições de ensino. Contudo, a maioria destas parcerias permanece informal. Existe potencial e interesse em formalizar estas relações e integrá-las em redes de apoio académico e profissional.

Desafios e recomendações iniciais:

- Estender a criação de GAEs a todas as unidades orgânicas da UMN, com condições físicas e humanas adequadas;
- Reforçar a capacitação técnica dos membros das AEs e dos profissionais dos GAEs;
- Formalizar parcerias com entidades externas nas áreas de formação, saúde mental e empregabilidade;
- Desenvolver mecanismos de avaliação e monitoria das actividades em curso;
- Responder às principais solicitações dos estudantes, como bolsas de estudo, acesso a equipamentos informáticos e conectividade.

3.3. Instituto Superior Politécnico de Cabinda

A visita técnica ao Instituto Superior Politécnico de Cabinda (ISPCAB) foi realizada no dia 6 de Agosto de 2025, no âmbito do diagnóstico das estruturas de apoio ao estudante. A reunião contou com a presença de diversos representantes institucionais, nomeadamente Inácio Puati (vice-presidente da AE), Filomenda Branda (chefe do gabinete psicopedagógico), Xavier (chefe de secretaria) e Dr. Agostinho (vice-presidente para a área científica), ver Figura 3.

O ISPCabinda apresenta formalmente no seu organograma o Gabinete de Apoio Psicopedagógico ao Estudante (GAPE) e conta com uma AE reconhecida legalmente. Ambas as estruturas dispõem de espaço físico próprio, embora o GAPE esteja localizado no Campus da IES e a AE na Direcção. O GAPE conta com um único técnico, ao passo que a AE mobiliza directamente



Figura 3. Equipa de trabalho do ISPCAB

24 membros. Verificou-se que existe uma articulação funcional entre o GAPE e a direcção académica.

Hallmarks:

A AE possui estatutos, missão, visão e objectivos bem definidos. O GAPE, embora funcional, não dispõe de documentação orientadora. A AE mantém presença activa nas redes sociais e na comunicação social local. O GAPE está referenciado no site institucional e dentro da unidade orgânica.

Action

Ambas as estruturas desenvolvem actividades regulares. A AE organiza iniciativas académicas, desportivas e ambientais, como campanhas de limpeza, plantação de árvores, torneios universitários e participação em eventos desportivos nacionais. Está filiada na Federação Académica para o Desporto Universitário (FALU). Já o GAPE alega ter o seu próprio plano de actividades e presta apoio académico, vocacional e psicológico, embora de forma limitada. A orientação estudantil e apoio a bolsas são conduzidos sobretudo pela AE.

Results

Não existem mecanismos formais de avaliação da satisfação dos estudantes ou indicadores de desempenho nas estruturas. Contudo, há registos informais de casos de sucesso atribuídos às acções da AE e do GAPE, embora apenas o GAPE tenha começado a documentá-los.

Partnerships

A AE mantém parcerias locais com organizações como o Centro VIVAS, a Gráfica LM e grupos teatrais, bem como colaborações com outras AEs, incluindo da Universidade Lusíada. Participa em campeonatos nacionais com equipas em modalidades como futsal e xadrez. O GAPE, por sua vez, não tem ainda parcerias activas.

Desafios e recomendações

- Foram identificadas necessidades específicas como:
- Acesso a bolsas de estudo;
- Capacitação dos membros das AEs, especialmente em gestão;
- Reforço ao apoio à mobilidade estudantil e participação em eventos nacionais.

A visita ao ISPCabinda evidenciou dinamismo estudantil, sobretudo através da AE, apesar das limitações geográficas e financeiras que a província de Cabinda impõe. O GAPE, embora ainda incipiente, apresenta potencial de crescimento. Recomenda-se a regulamentação do



GAPE (de acordo com a legislação em vigor), o reforço das competências associativas e a criação de mecanismos de avaliação para fortalecer o impacto das estruturas.

A distância geográfica de Cabinda representa um desafio logístico relevante, que deverá ser considerado nas estratégias de apoio institucional e integração em redes nacionais.

3.4. Universidade Katyavala Bwila

A visita à Universidade Katyavala Bwila (UKB); instituição pública com sede em Benguela; ocorreu no dia 11 de Julho de 2025. Fomos recebidos pelo Chefe da Direcção dos Assuntos Académicos da Reitoria, Dr. Walter Alcochete; outros membros deste Departamento; e, por líderes da Associação Geral de Estudantes da UKB (Ver Figura 4). A UKB conta com várias unidades orgânicas, todas concentradas agora no novo campus no município da Catumbela (Faculdades de Medicina, Economia, Direito, Engenharias). A universidade enfrenta desafios logísticos moderados, mas destaca-se por iniciativas regionais e certa inserção comunitária, fruto de estar situada numa importante cidade universitária.



Figura 4. Equipa de trabalho UKB.

Hallmarks

Na UKB constatou-se uma estrutura formal de apoio ao estudante alinhada com a lei: existe uma Departamento de Apoio ao Estudante inserido na Direcção dos Assuntos Académicos, embora com equipa reduzida (6 técnicos, 3 Licenciados e 1 Mestre). As AEs das unidades orgânicas estão formalmente constituídas e não há ainda uma Associação de Estudantes central em funcionamento a nível da Reitoria. Documentos orientadores como estatutos e regulamentos internos das AEs estão disponíveis, e a UKB integra as associações estudantis em órgãos colegiais; por exemplo, os Secretários-Gerais das AEs das faculdades participam no Conselho Pedagógico institucional. Este envolvimento dos estudantes na governação universitária é um marco distintivo positivo.

Actions

As AEs da UKB realizam actividades académicas, culturais e desportivas de forma regular. Destacam-se projectos de extensão universitária em parceria com a comunidade local, como feiras de saúde e campanhas de literacia financeira. Um exemplo recente foi a colaboração com a seguradora NOSSA Seguros para promover palestras de educação financeira, que incluiu a oferta de contribuições para fundos de pensão aos melhores alunos

da UKB. Internamente, as AEs organizam semanas académicas, debates académicos em Inglês, fogueiras universitárias, sextas-feiras jurídicas, semanas do caloiro, mesas redondas, workshops e torneios desportivos, fomentando o espírito universitário. Os serviços de apoio ao estudante focam-se no apoio social e académico: identificam estudantes carenciados para acção social (por exemplo, encaminhando pedidos de bolsas de estudo) e auxiliam na resolução de problemas pedagógicos.

Results

Apesar do dinamismo das actividades, ainda não há um sistema estruturado de avaliação do seu impacto. Contudo, alguns resultados tangíveis foram observados: a parceria com a NOSSA resultou em incentivos financeiros concretos aos estudantes de mérito, e as feiras de saúde universitárias têm revelado-se úteis na detecção precoce de problemas de saúde entre os alunos (por exemplo, hipertensão e malária, segundo relatos informais). As acções culturais e desportivas aumentaram a coesão estudantil e o reconhecimento da UKB na comunidade local. No entanto, a UKB não dispõe ainda de indicadores quantitativos (taxas de aproveitamento, satisfação estudantil, etc.) associados aos DAEs/AEs; uma lacuna que a própria instituição reconhece e pretende colmatar.

Partnerships:

A UKB apresenta alguns exemplos promissores de parcerias externas. Além do envolvimento da NOSSA Seguros em projectos de literacia financeira, há colaborações com entidades públicas em Benguela; por exemplo, a Direcção Provincial de Saúde tem apoiado as feiras de saúde universitárias com equipas de enfermagem. A nível nacional, a UKB participa em redes temáticas (como fóruns de universidades públicas) e recebe apoio esporádico de empresas locais que patrocinam eventos académicos. Os dirigentes das AEs das Unidades Orgânicas da UKB indicaram interesse em formalizar parcerias para estágios profissionais e formação em soft skills para os estudantes, inspirado em boas práticas de outras IES. Em suma, embora ainda embrionárias, as parcerias da UKB revelam-se como oportunidades de alavancar recursos externos em benefício dos estudantes.

Necessidades:

- Especialistas de acompanhamento aos estudantes nas diversas áreas de apoio chaves;
- Equipamentos tecnológicos;
- Fundo operacional para as actividades;
- Ajuda na publicação do Estatuto em diário da República;
- Estágios profissionais.



3.5. Universidade José Eduardo dos Santos

A visita técnica à Universidade José Eduardo dos Santos (UJES), sediada no Huambo, teve lugar nos dias 09 e 10 de Julho de 2025, respectivamente. No primeiro dia, fomos recebidos em audiência pela Magnífica Reitora, Dra. Virgínia Quertim e pelo Vice-Reitor para área Académica, Dr. João Cardoso, que fizeram um panorama geral do apoio que se tem dado aos estudantes de uma forma holística (Ver Figura 5); a Magnífica Reitora, deu exemplo de muitos casos de sucesso de estudantes que passaram pela UJES e que agora encontram-se destacados em grandes áreas de destaque em todo país. De seguida reunimos com o Dr. Justo Pompeu Cabo, Chefe do Departamento dos Assuntos Académicos da Reitoria, contando também com a participação de representantes estudantis. A UJES é uma universidade pública, composta por 5 unidades orgânicas (Faculdades/Institutos) que até então possuíam Associações de Estudantes autónomas. Na data da visita, a universidade estava em fase de criação de uma Associação de Estudantes central ao nível da Reitoria, para melhor articular as AEs das unidades. A UJES enfrenta limitações infraestruturais relevantes; por exemplo, carência de equipamentos informáticos e até de materiais básicos para actividades desportivas (faltam computadores e mesmo bolas de futebol, segundo relato dos estudantes). Essas carências materiais condicionam parte do trabalho de apoio ao estudante. Além da visita feita a Reitoria, destaca-se também as visitas efectuadas a outras Unidades como: Faculdade de Ciências Agrárias (Recebidos pelo Decano, Dr. Fortunado e pelos membros da Associação de Estudantes daquela unidade), Faculdade de Medicina, Faculdade de Direito, Instituto Superior Politécnico. Destaca-se como nomenclatura usada para a estrutura de apoio aos estudantes como Gabinete de Apoio Psicopedagógico.



Figura 5. Equipa de trabalho UJES .

Hallmarks

A UJES apresenta como marco distintivo a existência de AEs em cada unidade orgânica, reflexo de um envolvimento estudantil activo ao nível local. Contudo, a inexistência até recentemente de uma AE central evidencia um modelo de representação fragmentado, agora em vias de consolidação. Estruturalmente, cada faculdade integra o apoio ao estudante nos serviços académicos, não havendo ainda GAEs departamentalizados com pessoal dedicado. O Chefe de Assuntos Académicos da Reitoria acumula funções que englobam o apoio aos estudantes, mas sem uma equipa exclusiva para tal. Isto coloca a UJES num estágio institucional intermédio; há uma base formal para representação e apoio

estudantil, porém faltam instrumentos institucionais específicos (como um departamento unificado de apoio ou políticas próprias de apoio social ao estudante).

Actions (acções em curso):

Entre as acções em curso na UJES destacam-se iniciativas de âmbito académico e social. A universidade, em conjunto com as AEs facultativas, tem organizado Feiras da Saúde; eventos nos quais estudantes e parceiros locais oferecem serviços de rastreio de saúde e palestras sobre bem-estar, muito frequentados pela comunidade académica. Adicionalmente, a UJES realiza anualmente cerimónias de Outorga de Diplomas (graduações) de forma solene, nas quais as AEs colaboram na logística e mobilização dos finalistas. Destacam-se também actividades como Acampamento de professores, campeonatos de futebol, excursões em fazendas, etc. No eixo social, foram mencionados esforços para assistir estudantes em dificuldades socioeconómicas: por exemplo, encaminhamento de casos de estudantes sem acomodação adequada ou com propinas em atraso para os serviços de acção social, e campanhas internas de solidariedade (angariação de donativos para colegas necessitados). Estas acções, embora pontuais, refletem uma preocupação em atender às necessidades extra-académicas do corpo discente.

Results

Tal como nas demais IES visitadas, não há ainda na UJES indicadores formais de desempenho das iniciativas de apoio ao estudante. Os resultados são observados de forma qualitativa. As Feiras da Saúde têm tido boa adesão e proporcionaram a identificação e encaminhamento de alguns estudantes com problemas de saúde (p.ex., detecção de casos de malária entre residentes em lares universitários), contribuindo para sensibilizar a comunidade sobre cuidados preventivos; um impacto positivo embora não quantificado. As cerimónias de outorga, por sua vez, reforçam o vínculo dos recém-licenciados com a instituição e contam com feedback positivo dos estudantes finalistas. No tocante às questões sociais, a intervenção do Departamento Académico em conjunto com as AEs permitiu mitigar alguns casos de abandono escolar por dificuldades financeiras, através de diálogo com as direcções das unidades e com autoridades locais (por exemplo, conseguindo facilidades de pagamento para certos alunos). Porém, a UJES carece de registos sistemáticos que permitam avaliar, em números, a eficácia dessas medidas de apoio; evidenciando mais uma vez a ausência de um sistema de monitoria e avaliação contínua.

Partnerships

A UJES encontra-se a dar os primeiros passos na construção de parcerias voltadas ao apoio estudantil. No plano nacional, destaca-se uma colaboração nascente com a Universidade Kimpa Vita (Uíge): as respectivas associações de estudantes têm trocado visitas e experiências, numa óptica de fortalecimento mútuo e coesão entre instituições públicas de regiões distintas. Internacionalmente, a UJES planeia enviar uma delegação de estudantes e técnicos de apoio ao estudante a Moçambique em Outubro de 2025, com o intuito de

conhecer boas práticas noutra universidade parceira (uma oportunidade de intercâmbio possível graças às ligações estabelecidas pelo programa UNI.AO). A faculdade de Ciências Agrárias tem protocolos de parcerias assinados com a ADRA, CATOCA, Explendor Florestal, com fazendeiros da região, etc.

Além disso, a UJES manifestou interesse em estreitar laços com entidades locais. Embora essas parcerias ainda não estejam formalizadas, são vistas como fundamentais para superar limitações e ampliar o impacto das acções de apoio ao estudante na UJES.

3.6. Instituto Superior Universitário Nimi Ya Lukeni

A entrevista com o ISPUNYL foi realizada de forma remota, no âmbito do processo de diagnóstico das estruturas de apoio ao estudante. Participaram da reunião os representantes institucionais Lando Pedro (Presidente da AE), José Kunemda (Departamento de Gestão da Qualidade) e Celson Sendunca (Gabinete de Apoio ao Presidente), conforme mostra a figura 6. O ISPUNYL é uma instituição jovem, com apenas quatro anos de existência, e encontra-se em fase de consolidação das suas estruturas académicas e de apoio ao estudante.

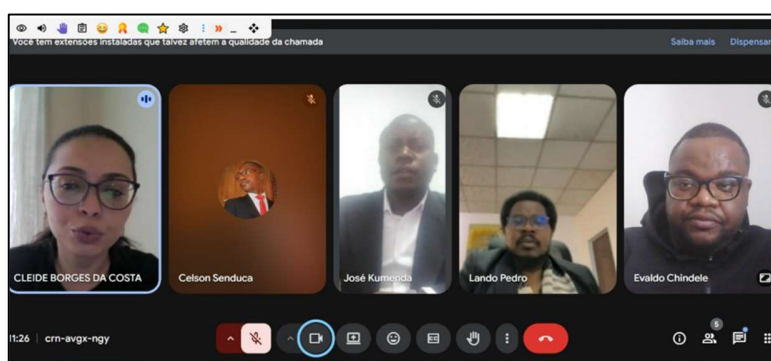


Figura 6. Equipa de trabalho ISPUNYL.

Context

A instituição reconhece formalmente o Gabinete de Apoio ao Estudante, representado pelo Dr. Celson, com foco em apoio psicológico. Embora não haja técnicos especializados dedicados exclusivamente ao GAE, o gabinete presta atendimento aos estudantes que procuram os seus serviços, embora com forte estigma associado. Existe também uma Associação de Estudantes, autónoma e activa, com regulamento próprio, e ambas as estruturas dispõem de espaço físico na instituição. A AE articula-se bem com a direcção académica, mesmo sem necessitar de aval prévio para organizar algumas actividades, como as desportivas.

Hallmarks

A AE possui regulamento interno e funciona com base num código de ética e deontologia institucional. A missão e os objectivos da AE estão alinhados com os da instituição, embora não estejam formalmente documentados. Ainda não existe um regulamento específico para o GAE, e a visibilidade das suas actividades depende sobretudo do contacto directo

entre estudantes (“boca a boca”), não existindo presença institucional visível em meios digitais ou comunicação interna estruturada.

Actions

A AE organiza actividades culturais e desportivas de forma autónoma. O GAE tem desenvolvido algumas acções pontuais, como palestras sobre desempenho académico, e presta apoio psicológico. No entanto, não existem ainda programas formais de tutoria, acolhimento ou orientação vocacional.

Results

A instituição ainda não dispõe de mecanismos de avaliação da satisfação dos estudantes, nem de indicadores formais para aferir o desempenho das estruturas de apoio. Também não foram identificados casos de sucesso documentados no âmbito do GAE ou da AE.

Partnerships

O ISPUNYL possui protocolos institucionais com outras entidades locais, como o Colégio Ensasse, e a AE mantém alguma articulação com outras associações estudantis em Luanda e Cabinda. No entanto, as estruturas de apoio ao estudante ainda não estão integradas em redes nacionais ou internacionais. Existem, contudo, protocolos institucionais de mobilidade de docentes e discentes, ainda que fora do âmbito específico das AEs ou GAEs.

Sugestões Partilhadas

Durante a entrevista, os representantes partilharam algumas sugestões:

- Necessidade de reforçar as acções de apoio ao estudante e extensão universitária;
- Capacitação dos membros dos GAEs, sobretudo em temas de ética e deontologia;
- Criação de uma plataforma digital para gestão de atendimentos, visando evitar filas e desorganização;
- Ampliação da oferta de serviços do GAE, com técnicos especializados e melhor articulação com a comunidade estudantil.

O ISPUNYL apresenta uma estrutura institucional em fase inicial, com boas intenções e uma AE activa e autónoma. O GAE, embora reconhecido, ainda carece de estrutura técnica, regulamentação e maior visibilidade. O estigma associado ao apoio psicológico limita o seu impacto. A instituição demonstra abertura e compromisso com a melhoria, reconhecendo a necessidade de reforçar a formação e os mecanismos de apoio aos estudantes. As recomendações propostas apontam caminhos viáveis para a consolidação das estruturas existentes, com prioridade para a capacitação dos recursos humanos e a integração em redes colaborativas.



4. RESULTADOS DOS INQUÉRITOS ONLINE

Foi aplicado um inquérito online às IES seleccionadas, permitindo recolher dados adicionais sobre o funcionamento dos GAEs e AEs, sobretudo em instituições não visitadas presencialmente. A informação obtida contribuiu para aprofundar o diagnóstico global. As respostas dos inquéritos podem ser encontradas na íntegra no Anexo IV.

4.1. Participação e Taxa de Resposta

O inquérito online obteve uma participação expressiva por parte das IES convidadas. No total, foram recebidas 30 respostas válidas através do formulário electrónico, abrangendo 22 instituições distintas. Este número inclui casos em que mais de uma estrutura respondeu dentro da mesma instituição (por exemplo, GAE, AE e direcção), o que revela o interesse e envolvimento de diferentes actores internos.

A taxa de resposta, estimada em cerca de 75%, é considerada bastante satisfatória, assegurando um bom nível de representatividade para a análise dos dados. Embora algumas instituições tenham contribuído com apenas uma resposta, o conjunto das participações evidencia um compromisso significativo com o processo, reforçando a fiabilidade dos resultados obtidos.

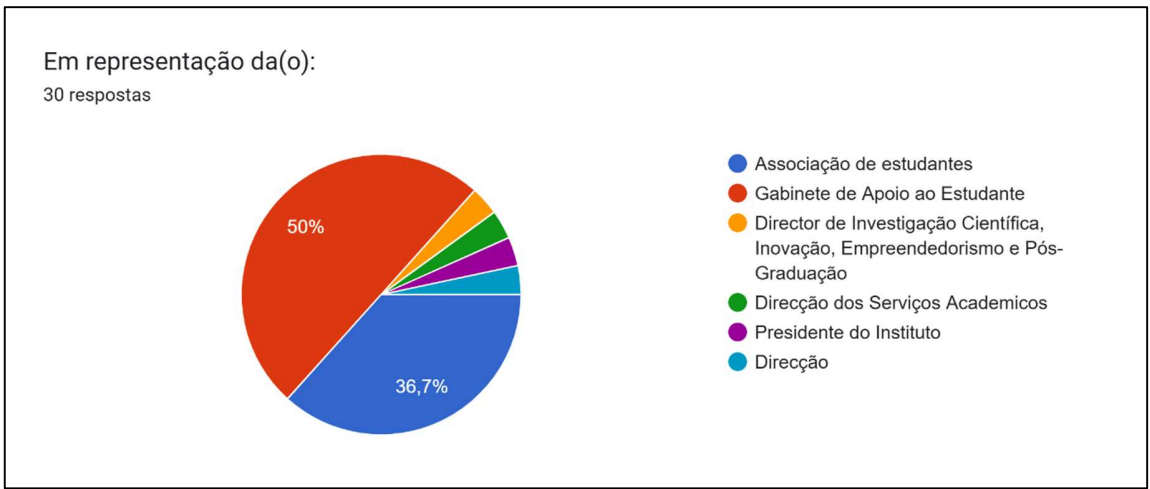


Figura 7. Respostas por representação das diferentes estruturas.

4.2. Composição e Funcionamento dos GAEs

A análise das respostas indica que praticamente todas as instituições possuem já algum órgão de apoio ao estudante formalizado na sua estrutura. Especificamente, mais de 90% dos respondentes confirmam que o GAE/AEs ou a unidade equivalente está formalmente instituído por um regulamento, despacho ou outro instrumento legal interno da IES, conforme mostra a Figura 8.



Figura 8. Percentagem de formalização dos GAEs/AEs.

De modo semelhante, em aproximadamente 89% das IES o GAE/AES está inserido no organograma oficial da instituição, refletindo um bom grau de institucionalização (vários respondentes referiram explicitamente a existência de departamentos dedicados, como um *Departamento de Apoio à Vida Estudantil* ou um *Gabinete de Apoio Psicopedagógico*, integrados na estrutura administrativa). Além disso, 89% dos inquiridos afirmaram que existem normativos ou documentos internos que regulam o funcionamento do GAE/AES, evidenciando preocupação com procedimentos e orientações formais. No entanto, apenas 61% dispõem de um regulamento próprio actualizado para o GAE/AES – ou seja, cerca de 39% funcionam ainda sem um regulamento específico recente, recorrendo possivelmente a estatutos gerais da universidade ou estando em processo de atualizar o documento existente (foi mencionado por exemplo por um respondente que “o regulamento está a ser atualizado”, e outro indicou depender do regulamento geral da IES em vez de um próprio).

Relativamente à composição das equipas técnicas dos GAEs, a maioria das instituições reportou dispor de pessoal dedicado, ainda que em muitos casos bastante reduzido. Em cerca de 77% das respostas existe uma equipa técnica atribuída ao GAE/AES (mesmo que mínima), enquanto 23% indicaram não haver equipa técnica formal (Figura 9). Importa notar que, mesmo entre os que responderam não ter equipa, alguns clarificaram ter pelo menos um funcionário ou colaborador a desempenhar as funções de apoio estudantil; o que sugere que, na prática, quase todas as IES têm pelo menos *alguém* responsável por essas actividades, embora nem sempre uma equipa estruturada.

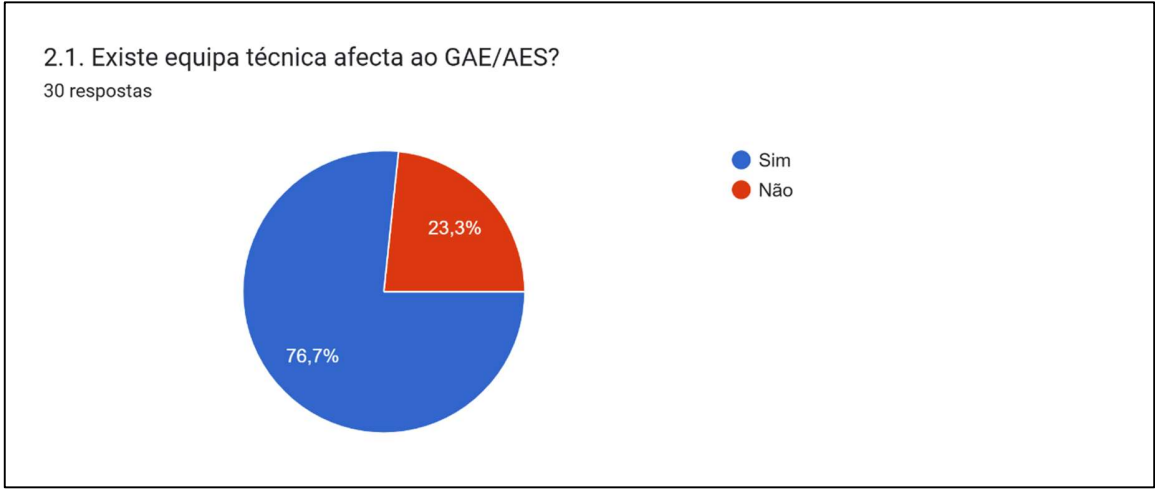


Figura 9. Existência de equipa técnica afecta ao GAE/AE.

Quanto à dimensão das equipas, verifica-se uma grande variabilidade: cerca de 11 instituições (aprox. 33%) declararam possuir mais de 5 técnicos no GAE/AES, ao passo que em 8 IES (28%) as equipas contam com 2 a 3 profissionais e em 4 IES (14%) com 4 a 5 profissionais. Por outro lado, 5 instituições (18%) operam apenas com 1 técnico dedicado, e 1 instituição indicou não ter nenhum técnico alocado exclusivamente. Em suma, embora existam alguns gabinetes relativamente bem apetrechados em recursos humanos, é mais comum que os GAEs funcionem com equipas pouco diversificadas; em muitos casos de três ou menos pessoas, frequentemente acumulando funções, conforme se pode ver na Figura 10.

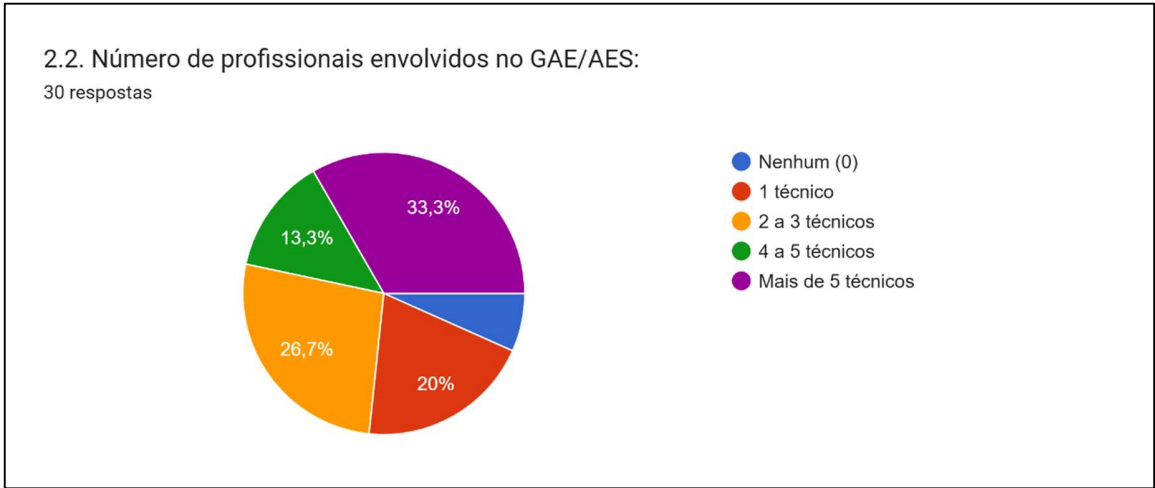


Figura 10. Quantidade de profissionais envolvidos nos GAEs/AEs.

No que toca ao perfil desses profissionais, as respostas evidenciam que poucas equipas contam com especialistas de determinadas áreas: por exemplo, apenas cerca de 6 instituições mencionaram ter um Assistente Social na equipa, e um número semelhante (6) indicou ter um Psicólogo disponível. Ainda menos frequente é a presença de um Orientador

vocacional (referido em cerca de 4 respostas) ou de um técnico especializado em empregabilidade (mencionado apenas uma vez de forma explícita). Em contraste, nota-se o envolvimento de estudantes nas estruturas de apoio; em 12 das respostas foi referido que estudantes (normalmente representantes da associação ou voluntários) fazem parte da equipa do GAE/AES. Várias instituições indicaram também que pessoal docente ou administrativo assume por vezes este papel de apoio (por exemplo, um participante do inquérito respondeu e descreveu que *“cada unidade orgânica tem um representante de apoio ao estudante”*, indicando uma rede de pontos focais em cada Unidade/faculdade). Esta diversidade de composição, combinando profissionais e estudantes, tende a ampliar as competências disponíveis e a proximidade com os alunos, sendo um aspeto positivo do funcionamento dos GAEs em algumas IES.

Em termos de recursos físicos e materiais, cerca de 67% dos respondentes (20 IES) afirmaram que existem recursos adequados para o funcionamento do GAE/AES; como salas apropriadas, mobiliário, equipamentos informáticos e condições de privacidade para atendimentos. No entanto, 10 instituições (33%) não dispõem de recursos físicos suficientes ou adequados, o que aponta para limitações estruturais importantes em uma porção significativa das IES. A disponibilidade de recursos tecnológicos também varia: apenas 54% consideram a infraestrutura tecnológica adequada (computadores, internet, software, etc.), enquanto praticamente 46% admitiram que a tecnologia disponível não atende plenamente às necessidades das actividades do gabinete. Ademais, apenas 37% dos GAEs/AEs promovem regularmente formação contínua das suas equipas (formação técnica e especializada). A maioria, 61%, não oferece capacitações regulares aos técnicos do gabinete, indicando lacunas na atualização profissional. Apesar disso, nota-se que 82% das equipas fazem uso regular de ferramentas digitais (plataformas, software, redes sociais) no desempenho de suas actividades cotidianas; ou seja, a adoção de meios digitais de trabalho e comunicação com os estudantes é relativamente alta, mesmo quando a infraestrutura ou a formação podem não ser as ideais.

No que respeita ao funcionamento em rede e colaboração, os resultados são animadores internamente, mas menos consistentes externamente. Quase todas as instituições (aprox. 93%) afirmaram que o GAE/AES colabora ativamente com os departamentos académicos e serviços académicos internos da IES. Esse alto grau de integração interna sugere que os gabinetes de apoio actuam em articulação com faculdades, direcções académicas e outros sectores, encaminhando ou recebendo estudantes conforme necessário e inserindo-se nos processos académicos (por exemplo, na gestão de problemas pedagógicos ou sociais que afetam o desempenho dos alunos). Já a colaboração com outros gabinetes internos especializados (como gabinetes de emprego, serviços de psicologia, orientação vocacional, etc. dentro da própria instituição) é menos generalizada: cerca de 61% dos respondentes indicaram sim, que há cooperação interna dessa natureza, enquanto 39% não têm esse tipo de interação (possivelmente porque tais gabinetes paralelos não existem em todas as IES, ou porque ainda não se estabeleceu uma dinâmica de trabalho conjunto). Em relação às parcerias externas, aproximadamente 57% dos GAEs/AEs relataram colaboração com entidades externas; tais como o INEFOP (emprego/formação profissional), o INAGBE (bolsas

de estudo), organizações não-governamentais, serviços de saúde, institutos públicos de segurança social, entre outros. Por conseguinte, quase metade das instituições (43%) não possuem ligações externas formais para apoio estudantil, dependendo apenas de recursos internos. Essa diferença revela que algumas IES já alargaram a sua rede de apoio através de convénios e parcerias (facilitando estágios, encaminhamentos para apoio psicológico especializado externo, obtenção de bolsas, etc.), enquanto outras ainda operam de forma mais isolada. Por fim, é relevante notar que 68% dos inquiridos declararam existir mecanismos de monitorização e avaliação das atividades do GAE/AES na sua instituição – por exemplo, através de relatórios periódicos, indicadores de desempenho ou recolha de feedback dos estudantes atendidos. Isso mostra uma preocupação considerável com a qualidade e eficácia das iniciativas desenvolvidas. Nas instituições restantes (~32%), porém, não há ainda sistemas formais de avaliação, o que pode dificultar a identificação de melhorias necessárias.

4.3. PERFIL E ACTIVIDADE DAS ASSOCIAÇÕES DE ESTUDANTES

As Associações de Estudantes apresentam-se, de modo geral, como parceiras importantes na oferta de apoio e actividades para os estudantes, complementando os serviços institucionais. Das IES participantes, 11 associações de estudantes responderam directamente ao inquérito, evidenciando que uma parte considerável das instituições dispõe de AEs activas e engajadas. Mesmo nas instituições onde existe um GAE formal, as AEs frequentemente colaboram ou actuam em paralelo, focando sobretudo em representar os interesses dos alunos e em promover iniciativas de integração e desenvolvimento estudantil. De facto, os dados sugerem que onde não há um GAE consolidado, a AE tende a assumir muitas das funções de apoio ao estudante; e onde ambos têm níveis equiparados de consolidação, as AEs costumam concentrar-se em actividades como eventos, comunicação e apoio coletivo, deixando serviços mais especializados (como acompanhamento psicológico) a cargo dos gabinetes ou dos serviços da universidade.

Em termos de actividades concretas, destaca-se o papel proactivo das associações na organização de eventos e programas voltados aos estudantes. Todas as AEs que responderam afirmaram que promovem feiras temáticas; por exemplo, feiras de empregabilidade, saúde, empreendedorismo; geralmente em colaboração com parceiros internos ou externos. Igualmente, 100% das associações relataram realizar palestras, seminários ou eventos similares focados no desenvolvimento pessoal, académico e profissional dos estudantes, mostrando uma forte vocação para enriquecer a experiência universitária para além da sala de aula. Além disso, uma larga maioria das AEs (aprox. 78%) indicou que desenvolve acções de formação ou capacitação para os estudantes, como workshops, formações extracurriculares, sessões de treinamento em competências diversas, etc. No que respeita ao apoio académico directo, cerca de 78% das associações declararam oferecer apoio pedagógico aos colegas; seja através de tutorias, monitorias ou mentorias académicas organizadas pela AE, ajudando os alunos com dificuldades em determinadas disciplinas ou integrando os calouros. As AEs também contribuem em assuntos de assistência estudantil: aproximadamente 67% informaram que auxiliam na

gestão de bolsas de estudo, orientando os estudantes nos processos de candidatura, na preparação de documentos ou até no acompanhamento dos resultados das bolsas. Em torno de 56% das associações indicaram prestar algum tipo de apoio à empregabilidade e inserção profissional, organizando actividades como feiras de emprego (em parceria com os GAEs ou directamente com empresas), sessões de esclarecimento sobre carreiras, estágios ou construção de currículo.

Por outro lado, observa-se que menos AEs têm condições de oferecer certos apoios especializados de natureza individual. Apenas cerca de 33% das associações (3 em 9) afirmaram prover algum tipo de apoio psicológico directo; tipicamente sob a forma de aconselhamento entre pares ou encaminhamento para profissionais, já que as AEs normalmente não dispõem de psicólogos em quadro. De igual modo, somente 44% das AEs (4 em 9) reportaram fornecer apoio social concreto, como auxílio a alunos carenciados com alimentação, transporte ou subsídios de emergência. Estas percentagens mais baixas refletem as limitações de recursos e de mandato das associações de estudantes para actuarem nestas áreas mais sensíveis, que geralmente exigem orçamento e técnicos especializados (funções estas que, quando existentes, ficam a cargo dos serviços de acção social da IES ou do GAE). Ainda assim, é importante frisar que as AEs cumprem um papel chave em articular as necessidades dos estudantes e em mobilizar iniciativas complementares. Por exemplo, algumas associações relataram envolver-se em orientação sobre direitos e deveres académicos e em actividades de integração e apoio informal (uma resposta citou a resolução de “problemas de fórum estudantil” e promoção de *actividades recreativas*). Em resumo, o perfil das AEs que participaram no inquérito é o de organizações estudantis bastante activas, focadas em promover o desenvolvimento pessoal e académico dos alunos, defender os interesses estudantis junto da instituição e colmatar lacunas onde possível; especialmente através de eventos, formação e criação de uma comunidade estudantil mais participativa.

4.4. Principais Desafios Identificados

A partir dos dados do inquérito, foram identificados vários desafios transversais que podem dificultar o pleno funcionamento dos GAEs/AEs e a eficácia do apoio prestado aos estudantes:

- **Insuficiência de Recursos Financeiros:** A grande maioria das unidades de apoio ao estudante opera sem um financiamento próprio assegurado. Apenas 6 instituições (21%) indicaram que o GAE/AES dispõe de orçamento próprio definido, e somente 9 (30%) declararam ter fontes de financiamento diversificadas (como Orçamento Geral do Estado, apoio ministerial, parcerias ou fundos estudantis). Além disso, apenas 5 IES (18%) relataram a existência de projectos ou parcerias externas de financiamento para as actividades do GAE/AES. Estes números revelam que, em aproximadamente 4 de cada 5 instituições, os gabinetes e associações carecem de recursos financeiros dedicados, dependendo de verbas gerais da instituição

(frequentemente escassas) ou do voluntarismo, o que constitui um desafio sério para a sustentabilidade e expansão dos serviços de apoio estudantil.

- Limitações de Recursos Humanos e Especialização: Muitos GAEs enfrentam um quadro restrito de pessoal. Como visto, cerca de 46% dos gabinetes contam com três ou menos técnicos, sendo que várias instituições têm apenas um único profissional responsável (ou nenhum funcionário exclusivo no caso extremo). Essa escassez de pessoal torna difícil atender a todos os domínios de apoio necessários. Ademais, há uma falta de profissionais especializados em áreas-chave: por exemplo, poucos gabinetes dispõem de psicólogos, assistentes sociais ou orientadores vocacionais em suas equipas. Em consequência, áreas de apoio essenciais podem ficar descobertas ou sobrecarregar os poucos técnicos presentes. A falta de mãos qualificadas também impede a diversificação de actividades e a capacidade de resposta a um grande número de estudantes necessitados de acompanhamento individual.
- Ausência de Capacitação e Formação Contínua: Verificou-se que a maioria das equipas de apoio não recebeu formação específica para as funções que desempenha. Em 64% das instituições os técnicos do GAE/AES não foram capacitados em áreas como acolhimento, orientação académica, apoio psicológico, liderança ou comunicação (apesar de estarem a actuar nessas frentes). Além disso, 79% das respostas identificaram necessidades adicionais de formação para melhorar o desempenho das suas funções. Este cenário evidencia uma lacuna de capacitação: muitos colaboradores actuam baseando-se apenas na experiência e boa vontade, o que pode limitar a qualidade do atendimento e a implementação de boas práticas actuais. A inexistência de programas estruturados de formação contínua para as equipas dos GAEs/AEs é portanto um desafio que precisa ser colmatado para profissionalizar e aperfeiçoar os serviços oferecidos.
- Recursos Materiais e Infraestrutura Inadequados: Uma parcela considerável de instituições enfrenta dificuldades logísticas e de infraestrutura no apoio aos estudantes. Cerca de 36% dos gabinetes relataram falta de recursos físicos adequados; seja na forma de espaço insuficiente (salas de atendimento inadequadas ou inexistentes), mobiliário e equipamento deficiente, ou falta de privacidade para atendimentos confidenciais. Adicionalmente, em quase metade das IES (46%) a infraestrutura tecnológica disponível é considerada pouco adequada às actividades do GAE/AES, com problemas como conexão instável à internet, escassez de computadores/software apropriado ou equipamentos obsoletos. Essas condições físicas precárias impactam negativamente a capacidade de atendimento (por exemplo, um gabinete sem um espaço reservado dificilmente consegue realizar aconselhamento psicológico individual de forma eficaz, ou sem computador e internet torna-se difícil gerir uma base de dados de estudantes atendidos ou comunicar oportunamente). Melhorar os recursos materiais e de TI é portanto um desafio identificado para muitas instituições.

- Cobertura Limitada de Certos Serviços de Apoio: Apesar dos esforços dos GAEs e AEs, nem todas as áreas de necessidade estudantil estão a ser atendidas. Em particular, o inquérito revelou que 61% das IES não oferecem apoio social estruturado (como auxílio financeiro de emergência, apoio alimentar, alojamento ou transportes subsidiados) através do GAE/AES. Esse tipo de apoio, crucial para estudantes economicamente vulneráveis, é um ponto fraco em várias instituições – possivelmente ficando a cargo apenas dos serviços de acção social governamentais ou, em sua ausência, não sendo provido de modo nenhum. Também cerca de 43% das instituições não dispõem de apoio psicológico formal disponibilizado pelo GAE/AES, deixando muitos estudantes sem acesso fácil a acompanhamento psicológico ou aconselhamento em momentos de stress, ansiedade ou outras dificuldades pessoais. Mesmo no apoio pedagógico, 39% não têm tutorias ou monitorias institucionalizadas. Em suma, persiste um hiato entre as necessidades dos estudantes e os serviços de apoio atualmente disponíveis em algumas IES, seja por falta de recursos ou de iniciativa, o que constitui um desafio central a enfrentar; garantir que todo estudante que precise de orientação, apoio emocional ou material consiga obtê-lo oportunamente.
- Fragilidades em Monitoria e Avaliação: Embora a maioria dos gabinetes relate alguma forma de acompanhamento das suas atividades, uma proporção significativa não possui mecanismos sistemáticos de monitorização e avaliação. Aproximadamente 1 em cada 3 instituições (32%) indicou não realizar avaliações periódicas do GAE/AES (seja via relatórios, indicadores de desempenho ou feedback dos utilizadores). Essa carência dificulta a identificação de pontos de melhoria e a demonstração de resultados e impactos do gabinete, o que por sua vez pode prejudicar o argumento para alocar mais recursos ou apoio institucional. Sem métricas e avaliação, corre-se o risco de as actividades dos GAEs/AEs perderem eficiência ou não se alinharem às reais necessidades dos estudantes. Fortalecer os processos de monitoria é, portanto, outro desafio a endereçar, associado também à falta de pessoal e treinamento já mencionada.
- Necessidade de Maior Integração e Parcerias: Por fim, embora exista boa colaboração com departamentos académicos, notou-se que em cerca de 39% das IES não há interação do GAE com outros serviços internos especializados e em 43% não há parcerias externas activas. Essa falta de integração mais ampla pode significar oportunidades perdidas de potenciar recursos existentes. Por exemplo, onde a universidade possui um gabinete de carreiras ou de apoio psicológico separado, a ausência de articulação com o GAE/AES pode resultar em esforços duplicados ou lacunas no encaminhamento de casos. Do mesmo modo, não aproveitar parcerias com entidades externas (que muitas vezes oferecem programas gratuitos de formação, estágios, emprego, saúde, etc.) coloca todo o peso do apoio nos ombros da instituição. Incrementar as redes de cooperação, tanto internas quanto externas, desponta assim como um desafio e simultaneamente uma oportunidade de melhoria; muitas IES podem aprender com aquelas que já desenvolvem colaborações bem-sucedidas (conforme veremos em boas práticas).

4.5. Boas Práticas e Casos Inspiradores

Apesar dos desafios, o inquérito também revelou diversas boas práticas em curso e casos inspiradores de apoio estudantil nas IES, que merecem destaque e podem servir de modelo:

- **Institucionalização Sólida do Apoio ao Estudante:** É encorajador notar que quase todas as instituições participantes já formalizaram os seus GAEs ou estruturas análogas, integrando-as na administração da IES. Em muitos casos há despachos e regulamentos próprios que legitimam a actuação do gabinete. Essa formalização assegura sustentabilidade institucional; o apoio ao estudante deixa de ser algo informal ou opcional, passando a ser parte da missão da IES.
- **Equipas Multidisciplinares com Envolvimento Estudantil:** Várias instituições mostraram valorização por equipas de apoio diversificadas, combinando profissionais especializados com a participação activa de estudantes. Na Universidade Agostinho Neto, por exemplo, foi mencionado que *cada unidade orgânica (faculdade) tem um representante de apoio ao estudante* actuando em articulação com o gabinete central; uma prática descentralizada que aproxima o apoio dos estudantes em cada curso e multiplica os pontos de contacto. Também é comum as equipas de GAEs integrarem estagiários ou voluntários estudantis, muitas vezes membros da associação de estudantes, o que fortalece a ligação entre os serviços de apoio e o corpo discente. Esse envolvimento dos próprios estudantes na solução dos seus problemas (*peer support*) e a existência de multiplicidade de competências na equipa (psicologia, serviço social, pedagogia, etc.) revelam-se boas práticas, pois aumentam a capacidade de resposta e a empatia no atendimento.



- Actuação Dinâmica das Associações de Estudantes: As AEs de várias instituições constituem verdadeiros motores de iniciativas extracurriculares e de integração académica. Todas as associações que participaram no inquérito realizam feiras temáticas regulares, muitas vezes em coordenação com os GAEs ou com entidades externas; essas feiras (de emprego, saúde, empreendedorismo, etc.) oferecem aos estudantes, oportunidades de contacto com empregadores, acesso a informações sobre bem-estar e desenvolvimento de competências além do currículo formal. Além disso, praticamente todas as AEs organizam palestras motivacionais, seminários e debates com profissionais de destaque ou alumni, ampliando os horizontes académicos e profissionais dos alunos. Outra boa prática frequente é a promoção de workshops de capacitação pelos estudantes para estudantes (por exemplo, formações em soft skills, em técnicas de estudo, em liderança, etc.). Podemos citar casos inspiradores como o da Universidade Katyavala Bwila, cuja AE da Faculdade de Direito salientou a implementação de uma Actividade semanal regular denominada *Sextas-Feiras Jurídicas* (proporcionando vários debates jurídicos), e o da Universidade José Eduardo dos Santos, onde a associação organiza “Acampamentos Universitários”; Excursões em Fazendas; Cursos Pré-Clínicos; projetos itinerantes que levam ações de sensibilização e serviços de apoio a diferentes comunidades ou escolas, divulgando a importância do ensino superior e prestando auxílio vocacional. Tais iniciativas demonstram criatividade e um forte espírito de compromisso das AEs com o desenvolvimento integral dos estudantes, funcionando como complemento valioso ao trabalho dos GAEs.
- Diversificação de Serviços de Apoio ao Estudante: Algumas instituições destacaram-se por oferecer serviços adicionais inovadores para atender necessidades específicas. Foi referida em outras IES a realização de visitas solidárias a lares e apoio a órfãos, demonstrando sensibilidade social e envolvimento dos estudantes em causas humanitárias. Também houve menção à promoção da inclusão social e ao apoio dedicado a estudantes bolseiros (auxiliando-os a cumprir os requisitos e aproveitar ao máximo as bolsas). Outras boas práticas incluem a oferta de aulas de reforço e preparatórios para exames de acesso (ajudando a nivelar a preparação dos candidatos e recém-ingressados) e a disponibilização de apoio material e logístico para que estudantes participem em actividades fora da sua província (como eventos desportivos ou académicos inter-universidades). Essas experiências-piloto ou locais mostram uma abordagem abrangente do apoio estudantil, indo além do convencional; elas evidenciam que, mesmo com recursos limitados, é possível identificar necessidades particulares da comunidade estudantil e desenvolver soluções criativas e de alto impacto. Tais casos podem servir de inspiração para outras IES adotarem medidas semelhantes adaptadas às suas realidades.

- Colaboração e Parcerias Bem-Sucedidas: Por fim, merece destaque as instituições que já aproveitam parcerias estratégicas para potencializar o apoio aos seus estudantes. Observou-se que diversas IES se articulam de forma eficaz com serviços internos e externos. Internamente, quase todas trabalham em conjunto com as unidades académicas, e algumas estendem essa colaboração a gabinetes especializados (como psicologia, emprego, orientação) quando existem. Externamente, embora nem sempre generalizado, há exemplos positivos de cooperação: parcerias com o INEFOP para programas de estágios e treinamento profissional, com o INAGBE para melhor gestão de bolsas de estudo, bem como acordos com ONGs e serviços de saúde locais para encaminhamento de casos ou realização de campanhas de sensibilização. Essas colaborações ampliam significativamente o leque de recursos ao dispor dos estudantes e constituem boas práticas a serem reforçadas e replicadas. Quando o GAE/AE actua como ponte entre o estudante e a comunidade (académica e envolvente), os resultados tendem a ser mais efetivos, conforme demonstram as IES que já seguiram por esse caminho.

Em suma, apesar dos desafios, o diagnóstico revela um conjunto de experiências positivas e inovadoras nas IES inquiridas. A institucionalização do apoio ao estudante está em curso e quase consolidada, existem equipas dedicadas e empenhadas (embora precisando de reforço e formação), e tanto os gabinetes quanto as associações estudantis têm implementado acções relevantes para a melhoria do bem-estar e sucesso académico dos alunos. As boas práticas identificadas; desde a formalização e integração do GAE, passando pelo envolvimento dos estudantes nas soluções, até parcerias externas e oferta de serviços diferenciados; formam um acervo de aprendizagens que pode servir de base para orientar políticas e estratégias. Difundir e replicar estes casos de sucesso noutras instituições será fundamental para, coletivamente, elevar o patamar dos serviços de apoio ao estudante no ensino superior angolano, garantindo que todos os estudantes tenham oportunidades de apoio e desenvolvimento durante a sua jornada académica.

5. ANÁLISE E DIAGNÓSTICO COMPARADO

5.1. Análise SWOT Geral dos GAEs/DAEs e AEs

34

Com base nas visitas realizadas e nas respostas do inquérito online (24 respostas provenientes de 19 IES), foi possível identificar um conjunto de pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças comuns no panorama dos Gabinetes/Departamentos de Apoio ao Estudante (GAEs/DAEs) e das Associações de Estudantes (AEs) em Angola.

→ Pontos Fortes:

- Previsão legal e base institucional: As IES públicas dispõem formalmente de Departamentos de Apoio ao Estudante, conforme previsto no Decreto Presidencial n.º 256/21. Essa obrigatoriedade legal fornece uma base institucional importante; mesmo quando não plenamente implementada, existe pelo menos uma estrutura designada para o apoio estudantil dentro da orgânica das universidades e institutos. Além disso, a legislação garante aos estudantes o direito de se associarem e serem representados, reconhecendo as AEs como parte integrante da vida académica.
- Envolvimento e iniciativa dos estudantes: Em muitas instituições há um dinamismo significativo das Associações de Estudantes, com realização de actividades extracurriculares (palestras, eventos culturais, desportivos) que enriquecem a experiência académica. Por exemplo, na UAN as AEs organizam iniciativas como *Conversas Alumni* e *Sextas Científicas*, que têm contribuído para um ambiente académico mais participativo. Este empenho associativo dos estudantes; frequentemente movido a voluntarismo; é um trunfo que mantém vivas as questões estudantis na agenda institucional.
- Casos de sucesso locais: Identificaram-se casos pontuais de boas práticas que podem servir de modelo. Por exemplo, na UMN a Faculdade de Medicina implementou um Gabinete de Apoio ao Estudante com uma psicóloga e programas de tutoria, o que resultou em melhorias no acompanhamento dos alunos. Também algumas parcerias inovadoras, como a da UKB com uma empresa de seguros oferecendo benefícios a estudantes de mérito, demonstram resultados positivos e revelam o potencial impacto de um apoio bem direccionado.
- Representação nos órgãos de gestão: Nas IES onde as AEs estão mais estruturadas, os estudantes já marcam presença em órgãos colegiais e consultivos. Isso verifica-se em universidades como a UAN e a UKB, onde representantes das AEs (Secretários-Gerais ou similares) integram conselhos académicos/pedagógicos. Essa participação efectiva dos estudantes nas decisões académicas é uma força, pois assegura que a perspectiva discente é considerada na governação e pode contribuir para soluções mais adequadas às suas necessidades.



→ **Pontos Fracos:**

- Implementação deficiente das estruturas de apoio: Apesar da previsão formal, muitos GAEs/DAEs existem apenas no papel ou de forma muito limitada. Diversas IES reportaram não ter pessoal dedicado exclusivamente ao apoio estudantil; as funções são acumuladas por funcionários dos serviços académicos, resultando em pouca proactividade. Em instituições emergentes, o “Gabinete de Apoio” reduz-se muitas vezes a um guiché informativo ou a um único técnico administrativo sem formação específica para apoio psicológico ou orientação de carreira. Essa fragilidade estrutural compromete a capacidade de resposta às demandas estudantis.
- Capacitação e recursos humanos insuficientes: Foi unânime entre as instituições inquiridas a falta de formação especializada das equipas e dirigentes dos DAEs/GAEs. Os técnicos raramente possuem formação em aconselhamento, psicologia educacional ou gestão de serviços estudantis. Aliado a isso, há rotatividade frequente de pessoal e pouca profissionalização destas unidades. Do lado das AEs, os líderes estudantis renovam-se anualmente ou bienalmente, muitas vezes sem receber treinamento adequado para gestão associativa; o que leva à descontinuidade de projectos e reinício constante de aprendizagens.
- Escassez de meios materiais e financeiros: Grande parte das IES enfrenta carência de recursos básicos para suporte ao estudante. Faltam instalações apropriadas (salas de atendimento, centros de apoio) e equipamentos (computadores, acesso à internet, material lúdico-desportivo, etc.) destinados às actividades de apoio. Na UJES, por exemplo, foi mencionada a falta de computadores e até bolas de futebol para dinamizar o desporto universitário. De modo geral, os orçamentos das IES não contemplam verbas dedicadas ao funcionamento dos GAEs ou às iniciativas das AEs, tornando essas estruturas dependentes de boa vontade institucional e de eventuais patrocínios esporádicos.
- Ausência de avaliação e dados: Uma fraqueza transversal é a inexistência de mecanismos de monitoramento e avaliação dos serviços de apoio ao estudante. Nenhuma das IES visitadas possuía indicadores formais de desempenho (como satisfação dos estudantes com os serviços, número de atendimentos realizados, resultados das intervenções, etc.). Essa falta de dados dificulta a identificação de necessidades reais e a demonstração de resultados, o que por sua vez torna mais difícil reivindicar melhorias. Sem ferramentas de feedback, problemas importantes podem permanecer latentes; por exemplo, a UAN não tem ainda um sistema de avaliação da satisfação dos estudantes em relação aos GAEs e Aes.
- Integração precária entre DAEs e AEs: Notou-se em várias instituições uma comunicação insuficiente entre os departamentos de apoio e as associações de estudantes. Em teoria, as duas estruturas deveriam actuar em sinergia;

os DAEs como órgãos técnicos-administrativos de apoio, e as AEs como representantes legítimos dos estudantes; mas na prática muitas vezes trabalham isoladamente. Há casos em que as AEs assumem iniciativas de apoio (p.ex. mentorias entre colegas) sem envolvimento do DAE, e casos em que os DAEs não incluem as AEs na definição das suas prioridades. Essa desconexão reduz a eficácia global do sistema de apoio ao estudante e pode gerar duplicação de esforços ou lacunas no atendimento.

→ **Oportunidades:**

- Apoio de programas e políticas nacionais/internacionais: O contexto actual apresenta oportunidades significativas, a existência de um Secretaria de Estado para o Ensino Superior focado na Acção Social Estudantil, abre espaço para alinhamento de políticas e eventualmente financiamento de iniciativas de apoio (por exemplo, bolsas de estudo internas e serviços de assistência estudantil já previstos em diplomas nacionais. Há, portanto, um ambiente favorável para captar apoio externo e integrar o apoio ao estudante nas agendas de desenvolvimento institucional. A presente consultoria que visa exactamente o reforço dos GAEs/AEs vai servir como um grande impulso para um plano piloto e ser replicável o mesmo plano de acção piloto para outras IEs interessadas no futuro com base ao manual de boas práticas que advirá da implementação da acção piloto em algumas IEs a serem seleccionadas a posteriori.
- Parcerias estratégicas externas: Muitas IES identificaram o potencial de estabelecer parcerias com entidades externas para suprir deficiências. Essas parcerias podem envolver: organizações não-governamentais (por exemplo, para oferecer apoio psicológico ou treinamento em soft skills), empresas privadas (programas de estágio, mentoria profissional e financiamento de eventos estudantis) e instituições públicas (centros de saúde para apoio médico, centros de emprego para orientação profissional). Alguns embriões já existem; como referido, a UKB articulou-se com uma seguradora para projectos educativos, e a UMN colabora com grupos culturais locais. Formalizar e expandir tais colaborações representaria uma oportunidade de criar redes de apoio mais amplas, aumentando o impacto das acções e a sustentabilidade das estruturas de apoio.
- Disseminação de boas práticas entre IES: O diagnóstico revelou que certas instituições, públicas e privadas, adoptaram modelos inovadores de apoio ao estudante que podem inspirar as demais. Por exemplo, a Universidade Jean Piaget de Angola (privada) implementou um Gabinete de Apoio Integral ao Estudante (GAIE) directamente subordinado à Reitoria, com equipa multidisciplinar e foco no desenvolvimento biopsicossocial dos alunos. Esse GAIE actua mediando conflitos, acompanhando casos individuais e produzindo relatórios periódicos de acompanhamento. Trata-se de uma boa prática replicável noutras IES. Do lado público, destaca-se a estrutura de AEs

em todos os níveis da UAN, bem como os programas de tutoria entre pares iniciados na UMN. A troca sistemática dessas experiências; através de encontros nacionais, visitas técnicas (como a prevista pela UJES a Moçambique), e criação de comunidades de prática; constitui uma oportunidade para elevar o grau de maturidade de forma coletiva no sistema.

- Engajamento estudantil e renovação geracional: A população estudantil nas IES angolanas está em expansão e demonstra aspirações cada vez maiores de participação e melhoria da qualidade educativa. Observa-se uma nova geração de estudantes com familiaridade tecnológica e conectividade, capaz de mobilização rápida (por exemplo, via redes sociais) em torno de causas comuns. Isso representa uma oportunidade de engajamento: os DAEs e AEs podem aproveitar essas ferramentas digitais para divulgar serviços, recolher feedback (surveys online) e criar senso de comunidade. Ademais, muitos estudantes regressam do exterior (bolseiros formados lá fora) ou têm contacto com modelos internacionais de associativismo, podendo aportar ideias frescas às AEs locais. Se bem canalizado, este capital humano estudantil pode impulsionar mudanças; por exemplo, criando startups de apoio mútuo, clubes académicos temáticos, etc. A abertura para inovações lideradas pelos próprios estudantes no desenho dos serviços de apoio é uma oportunidade de torná-los mais relevantes e eficazes.

→ Ameaças:

- Sustentabilidade institucional frágil: Uma ameaça latente é a possibilidade de descontinuidade das iniciativas de apoio devido à falta de institucionalização sólida. Hoje, muitas acções dependem do entusiasmo individual (de um director comprometido, de um líder estudantil carismático). Quando essas pessoas saem ou mudam, o risco é de as iniciativas morrerem na praia. Essa fragilidade é exacerbada pela falta de orçamento próprio: em cenários de aperto financeiro das universidades, as primeiras actividades a serem cortadas tendem a ser justamente as de apoio “não obrigatório” ao estudante. Se não forem criados mecanismos estruturais (como linhas orçamentais dedicadas ou integração das acções de apoio nos planos estratégicos institucionais), os GAEs e AEs ficam vulneráveis a decisões administrativas adversas ou à simples falta de prioridade.
- Desinteresse ou desconfiança dos estudantes: Em algumas instituições nota-se um preocupante alheamento dos estudantes em relação às suas associações. Relatos de estudantes indicam falta de confiança na eficácia das AEss. Se as AEs são percebidas como inoperantes ou demasiado alinhadas à gestão (perdendo a legitimidade de representação), pode ocorrer uma erosão do envolvimento estudantil. Isso gera um círculo vicioso: baixa participação dificulta a renovação de quadros capazes nas AEs e enfraquece a pressão por melhorias nos serviços de apoio. A ameaça aqui é de apatia

- generalizada, onde nem estudantes nem gestão investem no desenvolvimento dessas estruturas, comprometendo a sua razão de ser.
- Disparidades crescentes entre IES: O ritmo desigual de implementação dos GAEs e AEs pelo país pode criar um cenário de IES a duas velocidades: algumas com serviços modernos de apoio e forte representação estudantil, e outras praticamente desprovidas desses mecanismos. Essa disparidade já é visível regionalmente (como discutido adiante) e também entre instituições públicas vs. privadas. Sem medidas coordenadas a nível nacional, há o risco de acentuar a clivagem, com estudantes de certas províncias ou de universidades menos favorecidas ficando sem acesso equitativo ao apoio que colegas de outras IES têm. Essa falta de homogeneidade pode, em última instância, afetar a qualidade e a justiça do sistema de ensino superior, gerando tensões entre os corpos estudantis e as tutelas das instituições.
 - Contexto socioeconómico e pós-pandemia: Factores externos como a crise económica nacional e os efeitos do pós-pandemia representam ameaças adicionais. A restrição orçamental no ensino superior poderá limitar contratações (por exemplo, psicólogos, assistentes sociais para os GAEs) e reduzir financiamentos a projectos estudantis. Ao mesmo tempo, problemas sociais agravados; desemprego juvenil, dificuldades financeiras das famílias, saúde mental abalada pelo período pandémico; levam a um aumento da procura por apoio (mais estudantes buscando auxílio para bolsas, emprego, aconselhamento psicológico). Essa combinação de maior demanda versus menores meios põe em risco a capacidade de resposta dos actuais serviços de apoio ao estudante. Se não houver intervenção, corre-se o risco de sobrecarga dos poucos técnicos existentes e de frustração crescente entre os estudantes que não encontram apoio para os seus problemas prementes.

5.2. Disparidade entre Regiões e Tipologias de IEs

A análise comparativa revelou diferenças significativas no grau de desenvolvimento dos GAEs/DAEs e AEs quando se considera o tipo de instituição (pública vs. privada) e as regiões geográficas (Sul, Norte, Centro, Leste e Luanda). Essas disparidades ajudam a contextualizar os desafios identificados, indicando que as necessidades e estágio de maturidade das estruturas de apoio estudantil não são uniformes em todo o país.

IES Públicas vs. IES Privadas: No subsistema público, todas as universidades e institutos superiores devem obrigatoriamente constituir serviços de apoio ao estudante (DAEs ou secções equivalentes) na sua estrutura orgânica. Na prática, isso significa que a maior parte das IES públicas possui pelo menos um núcleo formal de apoio académico e social aos alunos, ainda que muitas vezes incipiente. Observa-se também no público uma tradição mais longa de associativismo estudantil; as universidades públicas, sobretudo as mais antigas, tiveram desde cedo associações de estudantes e núcleos por curso. Em contraste, nas IES privadas não existe imposição legal de GAEs, ficando ao critério de cada instituição criá-los ou não. Algumas das principais privadas adoptaram iniciativas próprias: a UniPiaget, por exemplo, implementou

um GAIE com serviços psicológicos e de acompanhamento pedagógico, e muitas privadas estimulam actividades extracurriculares por enxergarem valor agregado na satisfação discente. No entanto, outras IES privadas de menor dimensão podem não ter qualquer estrutura dedicada; frequentemente é o próprio Serviço Académico ou Gabinete do Director que atende os problemas estudantis casuisticamente. Quanto às AEs, a lei concede o direito de associação a *todos* os estudantes do superior, independentemente da natureza pública ou privada da instituição. Contudo, nota-se que nas privadas as AEs tendem a ser menos reivindicativas e mais tuteladas pela gestão (por vezes funcionam quase como clubes recreativos ou órgãos consultivos internos). Uma diferença marcante é a existência da AEUPA – Associação dos Estudantes das Universidades Privadas de Angola, que congrega estudantes de várias IES privadas numa só plataforma nacional. Essa organização, fundada em 2010, busca dar voz coletiva aos estudantes do ensino superior privado, promovendo intercâmbio entre eles e até actividades conjuntas com estudantes do público (aeupa.ao). No sector público, até ao momento não há um organismo análogo unindo as AEs de diferentes universidades, embora ocorram encontros pontuais em eventos da juventude ou iniciativas do Ministério. Em resumo, as IES públicas geralmente possuem estruturas formais mínimas e associações consolidadas a nível interno, enquanto as privadas variam amplamente; desde exemplos de vanguarda (com gabinetes integrados e forte movimento estudantil) até instituições onde o apoio e a representação estudantil carecem de expressão. Essa disparidade sugere que as melhores práticas das privadas poderiam ser aproveitadas no público (e vice-versa), através de maior diálogo e cooperação interinstitucional. Diferenças regionais (Sul, Norte, Centro, Leste e Luanda): A geografia desempenha um papel importante no estado actual dos GAEs e AEs:

- Luanda: Sendo a capital e principal centro académico do país, Luanda concentra o maior número de IES (públicas e privadas) e, de modo geral, apresenta as estruturas de apoio ao estudante mais desenvolvidas. A Universidade Agostinho Neto, por exemplo, sediada em Luanda, é a mais antiga e conta com DAEs em todas as suas unidades orgânicas e AEs bem estabelecidas. Nas privadas de Luanda (como a Universidade Metodista, Católica, Piaget, Lusíada, Independente, etc.), observa-se maior facilidade em obter parcerias e recursos; algumas têm gabinetes de carreiras, centros de aconselhamento e um calendário rico de eventos estudantis, alavancados por estarem perto de sedes de empresas, ONG e ministérios. Em Luanda há também mais articulação entre associações: frequentemente realizam-se encontros e debates inter-universitários envolvendo AEs de várias instituições, dada a proximidade física. No entanto, até mesmo em Luanda existem instituições emergentes ou de menor porte onde os GAEs são apenas nominais. Em linhas gerais, a região de Luanda destaca-se por estar na dianteira em termos de iniciativas de apoio; fruto tanto da concentração de recursos quanto do histórico mais antigo de associativismo estudantil.
- Região Norte: Inclui províncias como Uíge, Zaire e Cabinda. Nesta região há universidades públicas multicampi (por exemplo, a Universidade 11 de Novembro, sediada em Cabinda, e a Universidade Kimpa Vita no Uíge). Os campus fora de

Luanda enfrentam desafios de isolamento e menor acesso a financiamento. No caso de Cabinda (exclave), apesar do potencial apoio da indústria petrolífera local, o ISPCAB e a UON-Cabinda indicam dificuldades em manter equipas especializadas; a fixação de pessoal qualificado é mais difícil e as oportunidades de capacitação são raras. Ainda assim, notam-se esforços: no Uíge, a Universidade Kimpa Vita tem activas as suas associações de estudantes e chegou a colaborar com a UJES para intercâmbio de experiências, sugerindo uma dinâmica regional própria. As privadas no norte são poucas (p.ex. um campus da Lusíada em Cabinda) e costumam ter estruturas de apoio muito modestas. Em suma, o Norte apresenta esforços isolados e muito dependentes de liderança local; por exemplo, a AE da Kimpa Vita é considerada atuante, mas carece de infra-estrutura, enquanto em outras IES da região as associações podem estar praticamente inativas. A distância em relação ao centro decisório (Luanda) agrava a dificuldade de estabelecer parcerias nacionais, refletindo-se numa maior carência de apoio estudantil organizado.

- **Região Centro:** Engloba províncias como Huambo, Bié, Benguela e Cuanza Sul. Nesta região encontram-se universidades públicas de porte médio, como a UJES (Huambo) e a UKB (Benguela), ambas visitadas no diagnóstico. O Centro apresenta um grau de maturidade intermédio: tanto UJES quanto UKB possuem AEs em funcionamento e algumas actividades de apoio, porém lidam com restrições de recursos. A UKB, sediada numa capital provincial economicamente importante (Benguela), tem conseguido algumas parcerias locais (ex.: com empresas e autoridades provinciais) e parece estar a consolidar melhor as suas estruturas de apoio. Já a UJES, no planalto do Huambo, ainda enfrenta desafios básicos de infra-estrutura, o que ofusca iniciativas mais avançadas. Nas províncias do interior centro (Bié, Cuanza Sul), as dificuldades logísticas (transporte, comunicação) limitam a actuação consistente dos GAEs e AEs; por exemplo, organizar eventos entre campus distantes é oneroso. Ainda assim, o centro do país conta com tradição académica (Huambo e Benguela abrigam instituições de ensino superior desde a era colonial) e isso se reflete numa cultura académica relativamente sólida, onde os estudantes demonstram interesse em actividades extracurriculares e a administração das IES mostra abertura para iniciativas de apoio. O desafio é transformar esse capital humano e histórico em estruturas permanentes; algo que está em curso, mas não plenamente realizado.
- **Região Sul:** Abrange províncias como Huíla, Namibe, Cunene e Cuando Cubango. A principal instituição é a Universidade Mandume ya Ndemufayo (UMN), com sede na província da Huíla (Lubango) e uma unidade no Cunene. A UMN, pela visita efectuada, evidenciou avanços importantes (AEs activas em todas as faculdades, um GAE funcional na Medicina, projectos de extensão como “Universidade na Comunidade”), porém ainda heterogéneos; nem todas as unidades têm GAEs, e a profissionalização é incipiente. De modo geral, no Sul as IES beneficiam de um ambiente urbano mais tranquilo e coeso (Lubango, por exemplo, tem uma comunidade académica relativamente unida), o que facilita a mobilização estudantil local. Por outro lado, recursos financeiros escassos na região resultam em forte dependência do orçamento público central. As AEs do sul indicaram necessidades

muito básicas (bolsas, bibliotecas, acesso à internet); denotando que, antes de projectos inovadores, esta região carece de soluções fundamentais de assistência estudantil (residências, cantinas, transporte). Há também menos presença de IES privadas de grande porte no Sul, o que significa menos experiências alternativas de suporte estudantil. Assim, a disparidade regional manifesta-se num sul onde o apoio estudantil ainda está num estágio emergente a consolidar, mas com boas perspectivas graças ao empenho demonstrado por actores locais (docentes e estudantes comprometidos).

- Região Leste: Inclui Lunda Norte, Lunda Sul, Moxico (e pode-se considerar Cuando Cubango às vezes). Esta é provavelmente a região com maior deficit de serviços de apoio ao estudante. As universidades públicas que ali operam (como a Universidade Lueji A'Nkonde nas Lundas) são relativamente novas e atendem um corpo discente menor e mais disperso. Relatos do inquérito online sugerem que em várias destas IES os GAes ainda não foram instituídos de forma real; possivelmente por falta de quadros ou por prioridade dada a outras áreas como expansão de cursos e instalações. As Associações de Estudantes no leste também enfrentam obstáculos: grandes distâncias dentro das províncias, vias de comunicação precárias e menor número de eventos académicos regionais reduzem as oportunidades de actuação e visibilidade. Os estudantes do leste podem sentir-se isolados do movimento estudantil nacional; inclusive, muitas vezes para obter apoio (por exemplo, bolsas ou estágios) dependem de contactar estruturas em Luanda. Uma diferença notável é a menor presença de parceiros de apoio: poucas ONG internacionais ou empresas têm operações relevantes no leste, comparado a Luanda ou Benguela, limitando parcerias locais. Em resumo, o leste representa a face mais frágil no que toca ao apoio ao estudante; onde a implementação dos GAes e AEs está em fase embrionária e requer atenção especial para não deixar esses estudantes para trás.

Resumidamente, as disparidades regionais e entre tipos de IES revelam um quadro em que Luanda e algumas capitais provinciais centrais levam vantagem em termos de estruturação do apoio estudantil, enquanto regiões periféricas do norte e leste têm ficado aquém. As IES públicas garantem uma cobertura formal nacional (todas têm algum responsável por apoio e alguma forma de AE), mas variando muito em eficácia. Já as IES privadas introduzem experiências inovadoras em certas áreas urbanas, mas também apresentam variação interna conforme o tamanho e visão de cada instituição. Esses contrastes sugerem que quaisquer linhas de acção futuras (como o projecto-piloto proposto) devem levar em conta as condições específicas de cada região e tipo de instituição; não haverá uma solução única aplicável a todas, devendo-se adaptar as intervenções para equilibrar o desenvolvimento do apoio ao estudante em todo o país.

5.3. Grau de Maturidade dos GAEs/DAEs

Com base nas respostas recolhidas através dos inquéritos online aplicados, foi realizada uma avaliação do grau de maturidade dos Gabinetes ou Departamentos de Apoio ao Estudante. Esta avaliação teve por base a pontuação percentual atribuída em função dos pesos das questões respondidas pelos pontos focais dos GAEs/DAEs, permitindo aferir o nível de desenvolvimento das suas estruturas e práticas de apoio ao estudante.

Para facilitar a análise comparativa entre as instituições, as pontuações foram agrupadas em cinco níveis de maturidade, conforme a seguinte escala:

- **Nível 0 (0%)** – ausência total de evidências de estrutura ou actividade;
- **Nível 1 (1% a 25%)** – existência incipiente de estruturas ou acções, ainda numa fase muito inicial de organização;
- **Nível 2 (26% a 50%)** – estruturas em funcionamento parcial, com limitações evidentes nos recursos e/ou práticas;
- **Nível 3 (51% a 75%)** – funcionamento regular, com práticas já consolidadas, embora com espaço para melhorias;
- **Nível 4 (76% a 100%)** – estruturas bem organizadas, com atuação consistente e articulada com outras áreas da instituição.

A tabela 2 apresentada a seguir mostra a percentagem obtida por cada IES e o respectivo nível de maturidade dos seus GAEs/DAEs.

Tabela 2. Nível de maturidade dos GAEs/DAEs

Nome Da IES	Pontuação (%)	Nível de maturidade dos GAEs/DAEs
Universidade Rainha Njinga a Mbande	24	1
Instituto Superior Politécnico do Cuanza Sul	28	2
Instituto Superior Politécnico Tundavala	40	2
Universidade Agostinho Neto	44	2
Universidade Lueji A´Nkonde	36	2
Instituto Superior de Ciências de Educação - ÚIGE	59	3
Instituto Superior Politécnico de Ciências e Tecnologia	74	3
Universidade 11 de Novembro - Cabinda	53	3
Universidade Católica de Angola	56	3

Universidade José Eduardo dos Santos	69	3
Universidade Katavala Bwila	54	3
Instituto Superior Politécnico do Cuito	77	4
Instituto Superior de Ciências de Educação - Huíla	77	4
Universidade Jean Piaget	78	4
Universidade Técnica de Angola	75	4

Para complementar a leitura dos dados, os resultados foram também representados graficamente (ver Figura 11), permitindo uma visualização mais intuitiva da distribuição das instituições pelos diferentes níveis de maturidade.

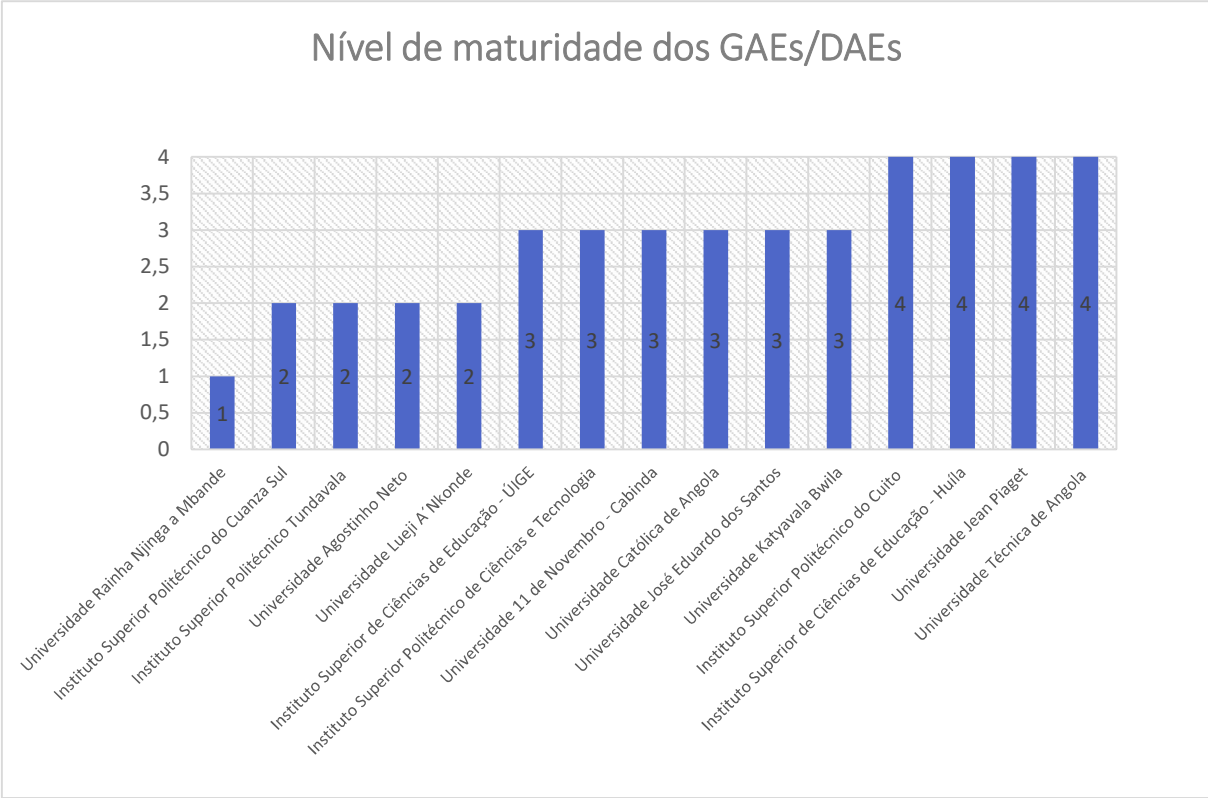


Figura 11. Nível de maturidade dos GAEs/DAEs

5.4. Grau de Maturidade das Associações de Estudantes

Com base nas respostas aos inquéritos online, foi feita uma avaliação do grau de maturidade das AEs, tendo como critérios a representatividade (abrangência dos cursos e participação nos órgãos da IES), o funcionamento interno (existência de direcção eleita, plano de actividades e reuniões regulares) e o impacto das suas acções (capacidade de mobilização, resultados e visibilidade). Semelhante ao ponto anterior, foram definidos cinco níveis, com base na pontuação percentual atribuída a cada questão do inquérito.

Nível 0 (0%) – Associações Inexistentes: Neste nível encontram-se instituições onde não há qualquer associação funcional, seja por inexistência de estrutura ou por inactividade total. Os estudantes estão sem representação ou contam apenas com um representante informal, sem actividade concreta.

Nível 1 (1–25%) – Associações Emergentes: AEs recém-criadas ou inactivas, com actuação limitada a nível de curso ou unidade. Muitas vezes não são reconhecidas oficialmente e enfrentam dificuldades em mobilizar os estudantes. Podem incluir faculdades novas ou institutos isolados, sobretudo em IES privadas de menor dimensão, onde há apenas um representante informal para cumprir exigências legais, sem envolvimento real.

Nível 2 (26–50%) – Associações em Consolidação: AEs com estrutura básica organizada e actividades pontuais, mas ainda com alcance restrito. Actuam ao nível da unidade orgânica e procuram fortalecer-se institucionalmente. Um exemplo é a UMN, que tem uma associação central para coordenar as demais associações das unidades orgânicas, a UJES também está funcionar de forma semelhante.

Nível 3 (51–75%) – Associações Funcionais: AEs activas, com direcções eleitas, plano de actividades anual e presença em vários espaços institucionais. Promovem eventos regulares, têm legitimidade junto aos estudantes e começam a influenciar decisões institucionais. No entanto, ainda enfrentam desafios em termos de recursos ou articulação nacional.

Nível 4 (76–100%) – Associações Estruturadas, bem consolidadas: AEs com presença em todas as unidades da IES, estrutura central coordenadora, estatutos definidos, eleições regulares e forte reconhecimento institucional. Participam activamente nos órgãos de decisão e têm impacto real na melhoria das condições dos estudantes.

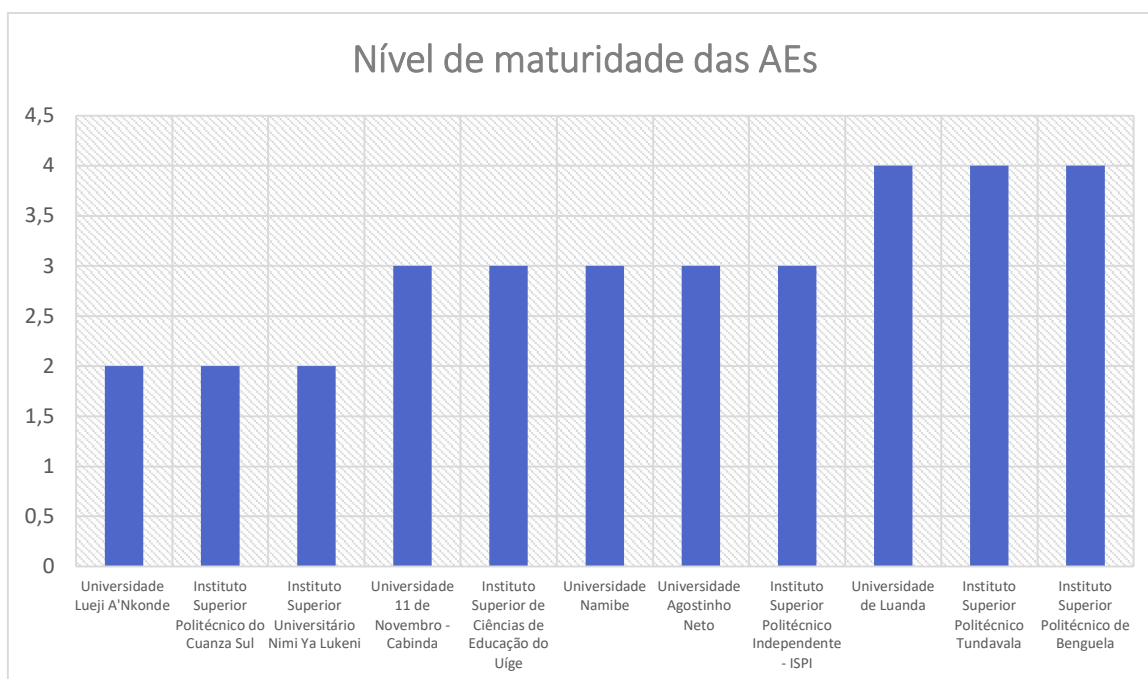
A Tabela 3, abaixo, apresenta o nível de maturidade das AEs, de acordo com as respostas obtidas no inquérito.

Tabela 3. Nível de maturidade das AEs

Nome da IES	Pontuação (%)	Nível de maturidade das AEs
Universidade Lueji A'Nkonde	28,00	2
Instituto Superior Politécnico do Cuanza Sul	43,00	2
Instituto Superior Universitário Nimi Ya Lukeni	44,00	2
Universidade 11 de Novembro - Cabinda	51,00	3
Instituto Superior de Ciências de Educação do Uíge	57,00	3

Universidade Namibe	62,00	3
Universidade Agostinho Neto	72,00	3
Instituto Superior Politécnico Independente - ISPI	73,00	3
Universidade de Luanda	76,00	4
Instituto Superior Politécnico Tundavala	78,00	4
Instituto Superior Politécnico de Benguela	93,00	4

A seguir apresenta-se uma representação gráfica da distribuição das Associações de Estudantes (AEs) pelas diferentes categorias de maturidade, com base nas percentagens atribuídas a partir dos inquéritos online.



Os resultados mostram que a maioria das Associações de Estudantes encontra-se em fase de consolidação (nível 3), com estruturas já formadas, mas ainda em desenvolvimento. Três IES destacam-se com AEs bem estruturadas (nível 4), enquanto outras três revelam fragilidades e baixo nível de maturidade (nível 2). Estes dados reforçam a importância de apoiar as AEs menos desenvolvidas para promover uma representação estudantil mais ativa e eficaz.

5.3. Percepção dos GAEs e AEs pelos membros de direcção

A percepção dos membros da direcção das Instituições de Ensino Superior sobre os Gabinetes de Apoio ao Estudante e as Associações de Estudantes constitui um indicador relevante para compreender o valor atribuído a essas estruturas no funcionamento institucional e na promoção do bem-estar estudantil.

Com base nos inquéritos respondidos pelas direcções de algumas IES, foi atribuída uma pontuação percentual às respostas que expressam o grau de reconhecimento, confiança e integração dos GAEs e AEs nas dinâmicas institucionais. Tal como nas dimensões anteriores, estas pontuações foram agrupadas em níveis de percepção numa escala de 0 a 4:

- Nível 0 (0%): ausência total de reconhecimento ou inexistência de GAEs e AEs;
- Nível 1 (1-25%): percepção muito limitada, com pouco reconhecimento da importância ou impacto dos GAEs e AEs;
- Nível 2 (26-50%): reconhecimento pontual, mas ainda com distanciamento em termos de colaboração e valorização;
- Nível 3 (51-75%): percepção moderadamente positiva, com integração parcial e reconhecimento das contribuições;
- Nível 4 (76-100%): percepção claramente positiva, com valorização explícita e articulação activa com os GAEs e AEs.

A Tabela 4 apresenta os resultados por instituição, evidenciando os diferentes níveis de maturidade atribuídos pelos próprios membros da direcção.

Tabela 4. Percepção da Direcção sobre os GAEs e AEs

Nome da IES	Pontuação (%)	Percepção dos membros da direcção
Reitoria da Universidade Mandume Ya Ndemufayo	12,00	1,00
Instituto Superior Politécnico Tundavala	42,00	2,00
Universidade de Luanda	59,00	3,00
Instituto Superior politécnico de KANGONJO	52,00	3,00

Segue-se ainda a Figura 12, que representa graficamente estes dados, facilitando a visualização comparativa entre as instituições.

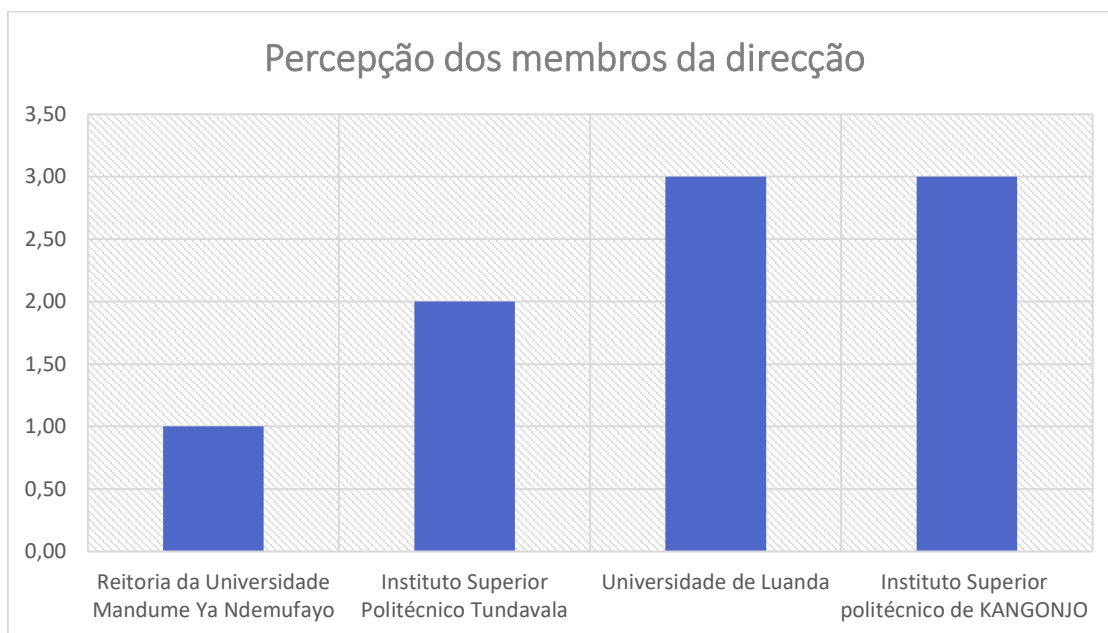


Figura 12. Percepção dos membros da direcção.

A análise mostra variações significativas entre as instituições. Na Universidade Mandume Ya Ndemufayo, a percepção institucional situa-se no nível 1 (12%), indicando um reconhecimento muito limitado das estruturas de apoio e representação estudantil. Por sua vez, o Instituto Superior Politécnico Tundavala apresenta uma percepção de nível 2 (42%), o que sugere uma visão ainda incipiente, mas com abertura para melhoria.

Já o Instituto Superior Politécnico de Kangonjo (52%) e a Universidade de Luanda (59%) posicionam-se no nível 3, sinalizando uma valorização crescente dos GAEs e AEs, com integração progressiva nas decisões e iniciativas da gestão.

Esses dados evidenciam a necessidade de reforçar o diálogo entre as direcções e as estruturas de apoio ao estudante, promovendo uma cultura institucional que reconheça a importância estratégica da representação estudantil e dos serviços de apoio como pilares do sucesso académico e da qualidade educativa.

6. RECOMENDAÇÕES E LINHAS DE ACTUAÇÃO PARA O PROJECTO-PILOTO

Com base no diagnóstico realizado, foram identificados vários eixos estratégicos de intervenção que orientam as recomendações para o projecto-piloto. Estas recomendações visam colmatar as lacunas actuais nos Gabinetes de Apoio ao Estudante (GAE) e serviços de acção social nas IES, fortalecendo o apoio ao estudante de forma integrada. As linhas de actuação propostas para a fase piloto contemplam os seguintes eixos e acções, apresentadas nos pontos que se seguem.

6.1. Eixos de intervenção estratégica

- **Eixo 1 – Políticas Institucionais e Estruturação do GAE:** Formalizar e integrar os Gabinetes de Apoio ao Estudante na estrutura orgânica das IES piloto. Cada instituição participante deve estabelecer oficialmente o seu GAE/Apoio Social por via de actos normativos internos (despachos ou deliberações), garantindo apoio da Reitoria e dos órgãos de gestão de topo. Esta formalização assegura legitimidade e sustentabilidade à iniciativa – por exemplo, a UniPiaget criou o seu Gabinete de Apoio Integral ao Estudante (GAIE) através de uma deliberação do Conselho de Direcção (Universidade Jean Piaget de Angola, 2025), vinculando-o directamente à Reitoria e definindo claramente a sua missão e competências. Recomenda-se que as IES piloto adoptem abordagem semelhante, com políticas e regulamentos internos que descrevam a missão do GAE, serviços prestados, recursos disponibilizados e mecanismos de coordenação com outras unidades (como os serviços académicos e de acção social).
- **Eixo 2 – Capacitação de Recursos Humanos e Desenvolvimento de Ferramentas:** Investir na formação e capacitação da equipa do GAE/Serviços de Apoio em cada instituição piloto. Os técnicos e coordenadores destes gabinetes deverão receber formação especializada em áreas-chave como orientação vocacional, aconselhamento psicopedagógico, serviço social e gestão de casos estudantis. Poderão ser organizados workshops e sessões de treinamento no âmbito do UNI.AO, recorrendo a especialistas nacionais ou internacionais, para partilhar boas práticas e metodologias eficazes. Em paralelo, desenvolver ferramentas e materiais de apoio: por exemplo, manuais de procedimentos do GAE, guiões de atendimento, formulários de registo de casos e plataformas digitais simples para acompanhamento dos estudantes atendidos. A capacitação deverá ser contínua, com supervisão técnica e acompanhamento durante a fase piloto, garantindo que as equipas das IES se sintam preparadas e confiantes para implementar os novos serviços.
- **Eixo 3 – Serviços de Apoio Psicopedagógico e Social ao Estudante:** Implementar um leque inicial de serviços prioritários de apoio ao estudante, com foco no desenvolvimento académico, psicossocial e bem-estar. Este eixo visa dar resposta

directa às necessidades identificadas no diagnóstico, garantindo que os estudantes das IES piloto disponham de orientação e acompanhamento personalizado. Entre os serviços a implementar destacam-se: atendimento psicopedagógico/*counseling* (para apoio em dificuldades académicas, emocionais ou de adaptação), mediação de conflitos no ambiente universitário (entre estudantes, docentes e funcionários, promovendo um clima saudável), programas de prevenção (por ex. prevenção do abandono escolar, orientação em comportamentos de risco) e apoio social aos estudantes carenciados (articulação com bolsas de estudo, acesso a residências universitárias, cantinas, etc.). É recomendável criar um plano de atendimento (com horários definidos e canais de contacto acessíveis) e garantir a confidencialidade e ética no tratamento dos casos estudantis. Além disso, no domínio da acção social, cada GAE deve articular-se com os serviços de apoio social da instituição para agilizar soluções para estudantes com dificuldades económicas ou necessidades especiais, alinhando-se com a política de acção social do ensino superior.

- **Eixo 4 – Orientação Académica e Inserção na Vida Profissional:** Desenvolver acções de orientação vocacional, apoio académico e encaminhamento de carreiras para facilitar tanto a integração dos novos estudantes no ensino superior como a transição dos finalistas para o mercado de trabalho. Nas IES piloto, sugere-se implementar programas como: sessões de orientação para novas admissões (explicando ofertas formativas, serviços disponíveis e técnicas de estudo eficazes), tutorias ou mentoring académico (alunos séniores ou docentes orientando estudantes do 1º ano), e serviços de orientação profissional e estágios para finalistas (ajuda na elaboração de CV, preparação para entrevistas, ligação com empregadores e divulgação de oportunidades de estágio). Adicionalmente, poderão ser organizadas feiras de carreira ou palestras com profissionais de diversas áreas, fomentando a empregabilidade e networking. Todas estas acções devem ser acompanhadas pela recolha de feedback dos estudantes, para ir ajustando os serviços às suas aspirações e dificuldades ao longo da fase piloto.
- **Eixo 5 - Estruturação Física e de Recursos:** Dotar os DAEs de condições materiais e recursos humanos adequados para um funcionamento eficaz. Este eixo compreende a disponibilização de espaços físicos dedicados (gabinetes de atendimento com privacidade), de equipamentos essenciais (computadores com acesso à internet, plataformas básicas de gestão de casos) e o reforço de equipas técnicas multidisciplinares (por exemplo, integrando psicólogos, assistentes sociais ou orientadores de carreira conforme necessário). Adicionalmente, deverá ser assegurada uma dotação orçamental específica para a sustentabilidade contínua destes serviços de apoio.
- **Eixo 6 - Integração Digital dos Serviços:** Promover a transformação digital do apoio ao estudante, aumentando a acessibilidade e eficiência dos atendimentos. Isto inclui a adopção de plataformas e ferramentas digitais (portal web ou aplicação móvel) que permitam aos estudantes aceder a informações, agendar atendimentos, participar em sessões de orientação online e receber acompanhamento remoto. A integração digital permitirá igualmente melhorar a gestão de dados dos estudantes

atendidos, facilitando a monitorização e avaliação contínua das intervenções do DAE.

- **Eixo 7 - Participação Estudantil e Fortalecimento das AEs:** Fomentar o envolvimento activo dos estudantes na concepção e implementação das políticas e actividades de apoio, reforçando o papel das Associações de Estudantes. Isto implica dinamizar as AEs (ou criar onde não existam), capacitar as suas direcções em liderança e gestão de projectos, e estabelecer canais formais de diálogo entre as AEs, os DAEs e os órgãos de gestão das IES. Este eixo assegura que as necessidades e iniciativas dos próprios estudantes sejam consideradas, promovendo uma cultura institucional mais participativa e centrada no estudante.
- **Eixo 8 - Parcerias e Inserção Profissional:** Promover parcerias institucionais que ampliem as oportunidades de estágio, emprego e desenvolvimento profissional para os estudantes. Este eixo enfatiza a colaboração com o sector privado (empresas e empregadores), através de acordos para oferta de estágios curriculares/extracurriculares, programas de mentoria com profissionais e feiras de emprego, entre outras iniciativas que facilitem a transição para o mercado de trabalho. Adicionalmente, prevê-se estabelecer sinergias com entidades públicas e organizações da sociedade civil (por exemplo, serviços locais de saúde mental ou associações de pessoas com deficiência) para complementar o leque de apoios oferecidos. O fortalecimento destas ligações externas incrementará a empregabilidade dos diplomados e alinhará as competências formadas na IES com as necessidades do mercado.
- **Eixo 9 - Inclusão e Equidade:** Integrar de forma transversal as dimensões de equidade e inclusão em todas as acções, assegurando que os serviços de apoio atendam às necessidades de grupos vulneráveis. O projecto-piloto deve priorizar o apoio às estudantes do sexo feminino (em linha com o OE3 do UNI.AO) e a inclusão de estudantes com deficiência. Para tal, implementam-se medidas específicas como sessões de mentoria para alunas, adaptação de infra-estruturas e materiais pedagógicos para acessibilidade, bem como campanhas de sensibilização da comunidade académica para a igualdade de género e valorização da diversidade. Paralelamente, reforça-se a vertente de apoio psicossocial, disponibilizando acompanhamento psicológico e psicopedagógico aos estudantes que dele necessitem, prevenindo o abandono escolar e promovendo o bem-estar no campus.

6.2. Sugestões para a fase piloto

Propõe-se seleccionar um número reduzido de IES (por exemplo, 3 a 5 instituições) para integrar a fase-piloto, de acordo com critérios que maximizem o impacto e a viabilidade da intervenção. Na selecção das IES beneficiárias, sugerem-se os seguintes critérios:

- **Seleccção e Compromisso das IES Piloto:** Escolher um conjunto representativo de IES para o piloto (por exemplo, uma universidade pública de grande porte, um instituto politécnico no interior e uma universidade privada), de forma a testar as iniciativas



em contextos distintos. É fundamental obter, antes do arranque, o compromisso formal da liderança de cada instituição (Reitorias e direcções) em participar activamente do piloto e em envidar esforços para a sustentabilidade das acções. Recomenda-se a assinatura de protocolos de cooperação entre o Programa UNI.AO e cada IES piloto, clarificando responsabilidades, recursos disponibilizados e expectativas de resultados.

- **Necessidade de reforço e potencial de impacto:** Priorizar IES com lacunas evidentes nos serviços de apoio estudantil e onde o reforço dos DAEs/AEs possa produzir ganhos significativos. Por exemplo, instituições com taxas elevadas de abandono ou sucesso académico reduzido, ou que actualmente não possuam um DAE/GAE formalmente estabelecido, mas que disponham de condições mínimas para implementação (como pelo menos um técnico já dedicado ao apoio estudantil). Assim assegura-se que o piloto actua onde há maior necessidade, mas também alguma capacidade inicial de absorver as intervenções.
- **Dimensão estudantil e enfoque em equidade:** Considerar o número de estudantes e a composição do corpo discente ao seleccionar as IES. Privilegiar instituições de médio a grande porte (para alcançar um universo maior de beneficiários directos) e com proporção significativa de estudantes do sexo feminino ou de grupos sub-representados, de modo a alinhar o piloto com as metas de equidade e inclusão definidas pelo programa.

Para o período de Setembro a Novembro de 2025, prevê-se a implementação nas IES piloto de um conjunto de actividades concretas, concebidas para produzir resultados tangíveis em curto prazo e servir de modelo para futuras acções alargadas. Entre as actividades sugeridas destacam-se:

- **Acções formativas:** Realização de *workshops* e formações de curta duração dirigidos tanto aos técnicos dos DAEs como aos representantes e dirigentes das AEs (preferencialmente online para envolver mais membros). Os módulos formativos poderão abranger gestão de gabinetes de apoio ao estudante, técnicas de atendimento e aconselhamento psicopedagógico, métodos de orientação de carreira, resolução de conflitos, além de temas transversais como género e inclusão. Estas formações iniciais (a agendar em Setembro/Outubro de 2025) visam nivelar conhecimentos e dotar as equipas locais de ferramentas práticas para aprimorar o acompanhamento aos estudantes.
- **Desenho de regulamentos internos:** Acompanhamento técnico a cada IES piloto na elaboração ou revisão dos regulamentos internos do GAE|DAE e da AE. Entre Setembro e Outubro de 2025, a equipa de consultores do projecto deverá orientar grupos de trabalho institucionais na definição de organogramas, atribuições, fluxos de trabalho e protocolos de coordenação, resultando em documentos normativos actualizados e prontos para aprovação pelos órgãos competentes de cada IES. Esta actividade garantirá que, ao término do piloto, as instituições dispõem de um quadro regulamentar claro para sustentar o funcionamento dos GAE-DAEs/AEs.

- **Implementação de plataformas digitais:** Desenvolvimento ou adaptação de ferramentas digitais de apoio estudantil em cada instituição piloto. Por exemplo, poderá ser criado um portal web do DAE onde os estudantes acessem informações sobre serviços, façam pedidos de atendimento ou consultem materiais de orientação; alternativamente, poderá ser implementado um sistema simples de gestão de casos e agendamento online de sessões de apoio. O objectivo é que, até Novembro de 2025, cada IES piloto tenha operacional pelo menos um novo canal digital (website, aplicação móvel ou rede social institucional) que facilite a comunicação e o acesso dos estudantes aos serviços de apoio.
- **Estabelecimento de parcerias estratégicas:** Mobilização de parcerias locais para potenciar os serviços dos DAEs/AEs durante o piloto. Em cada IES seleccionada, deverão ser identificados e formalizados pelo menos dois acordos de cooperação: por exemplo, com uma empresa do sector privado (para oferta de estágios, realização de palestras de carreiras ou programas de mentoria) e com uma entidade pública ou organização não-governamental relevante (como um centro de saúde/serviço de apoio psicológico, ou uma associação voltada à inclusão de pessoas com deficiência). A formalização destas parcerias até Novembro de 2025 proporcionará recursos e oportunidades adicionais aos estudantes durante o piloto, servindo também de modelo a replicar em escala ampliada posteriormente.
- **Serviços de apoio psicossocial piloto:** Lançamento de iniciativas piloto de aconselhamento psicossocial e orientação dos estudantes. Prevê-se, por exemplo, a disponibilização periódica (semanal ou quinzenal) de um psicólogo ou conselheiro nas IES piloto para atendimentos confidenciais, visando apoiar estudantes com dificuldades de adaptação, problemas emocionais ou outras necessidades. Em paralelo, podem ser criados núcleos de “estudantes mentores” – alunos de níveis avançados capacitados para apoiar colegas recém-ingressados na sua integração académica. Estas acções, a decorrer entre Setembro e Novembro de 2025, permitirão testar modelos de apoio psicopedagógico que depois poderão ser institucionalizados e expandidos.
- **Campanhas de sensibilização e envolvimento estudantil:** Organização de eventos e campanhas temáticas ao longo do piloto, com forte participação das AEs, para sensibilizar a comunidade académica e promover uma cultura de apoio ao estudante. Exemplos incluem sessões de acolhimento para novos estudantes no início do ano académico, palestras e debates sobre equidade de género e prevenção do assédio, acções de consciencialização sobre inclusão de estudantes com deficiência, workshops sobre saúde mental e gestão do stress académico, ou pequenas feiras de informação sobre carreiras e empreendedorismo. Estas iniciativas visam informar os estudantes sobre os serviços disponíveis, reduzir estigmas (por exemplo, em procurar apoio psicológico), e estimular os próprios estudantes a envolverem-se activamente nas soluções (por via das AEs ou voluntariado estudantil).

6.3. Papel da UNI.AO e das IES no sucesso da intervenção

O sucesso do projecto-piloto requer uma colaboração estreita entre o Programa UNI.AO e as Instituições de Ensino Superior envolvidas, com responsabilidades bem definidas para cada parte:

- **Papel do Programa UNI.AO:** Cabe ao UNI.AO o financiamento, coordenação e apoio técnico central do piloto. O programa deverá disponibilizar os recursos necessários (financeiros e logísticos) para as acções formativas, contratação de eventuais consultores e aquisição de materiais/equipamentos de apoio aos GAE nas IES piloto; através da equipa de consultores designados para este projecto. O UNI.AO actua como facilitador e supervisor, assegurando que os objectivos globais do projecto sejam atingidos e que haja coerência metodológica entre as diferentes instituições. Isso inclui orientar a elaboração dos planos de acção em cada IES, fornecer modelos (de regulamentos, manuais, instrumentos de monitorização) e promover a troca de experiências entre as IES (por exemplo, organizando encontros periódicos ou criando uma plataforma de comunicação para as equipas dos GAE). O Programa deve igualmente assegurar a articulação com o MESCTI e outras entidades relevantes, de modo que o piloto esteja alinhado com as políticas nacionais e para preparar a institucionalização das melhorias. Por fim, o UNI.AO, através dos consultores deste projecto, será responsável por conduzir as avaliações externas do piloto e disseminar os resultados, reforçando a visibilidade do projecto e mobilizando apoio para a sua continuidade.
- **Papel das Instituições de Ensino Superior:** Às IES participantes cabe o papel implementador directo das actividades do piloto no terreno. Cada instituição deve assumir a liderança interna do projecto, designando um Coordenador do GAE e Representante da AE comprometidos e com acesso aos órgãos de gestão, bem como alocando pessoal de apoio (psicólogos, pedagogos, assistentes sociais, etc., conforme disponível) para compor a equipa do gabinete. As IES têm a responsabilidade de integrar o GAE na sua estrutura de serviços, facilitando a cooperação com departamentos académicos, administrativos e de acção social já existentes. Devem também providenciar os recursos locais mínimos, como espaço físico adequado para o atendimento aos estudantes, mobiliário e equipamento de escritório, e tempo de trabalho dos técnicos envolvidos; mesmo que o UNI.AO dê apoio, o empenho da instituição em disponibilizar meios próprios é crucial para a sustentabilidade. Além disso, espera-se que as IES participem activamente na monitoria e avaliação: recolhendo dados solicitados, submetendo relatórios periódicos de progresso e acolhendo as visitas de supervisão dos consultores UNI.AO com transparência e abertura. Importante frisar que o compromisso das IES inclui dar seguimento às acções para além do término do piloto; ou seja, incorporar as boas práticas demonstradas no projecto-piloto nas suas rotinas permanentes.

Isto pode implicar, por exemplo, prever orçamento anual para o GAE e AEs, incluir indicadores de apoio ao estudante no plano estratégico institucional, e continuar a capacitação da equipa. Em suma, o papel das IES é ser o agente de mudança directo junto dos estudantes, garantindo que as melhorias atingem o nível pretendido e se mantenham após a finalização do apoio do UNI.AO.

Cada uma destas recomendações e acções sugeridas visa criar as bases para um projecto-piloto bem-sucedido, que não só melhore imediatamente o apoio aos estudantes nas IES seleccionadas, mas também sirva de modelo para uma implementação mais ampla no sistema de ensino superior angolano. A cooperação efectiva entre o UNI.AO e as IES, aliada a um planeamento cuidadoso e adaptabilidade durante a execução, serão determinantes para o alcance dos resultados esperados e para a criação de uma cultura sustentável de apoio ao estudante no ensino superior em Angola.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente diagnóstico permitiu obter uma visão abrangente e detalhada sobre a situação actual dos Gabinetes ou Departamentos de Apoio ao Estudante e das Associações de Estudantes nas Instituições de Ensino Superior em Angola. Através de visitas técnicas, inquéritos online e interacções com pontos focais e membros da direcção das IES, foi possível identificar padrões, lacunas e boas práticas no funcionamento destas estruturas, fundamentais para a promoção do bem-estar estudantil e para o fortalecimento da participação académica.

Verificou-se que, embora existam experiências positivas e níveis de maturidade assinaláveis em algumas instituições, a maioria das IES encontra-se ainda em fases intermédias ou iniciais de organização e consolidação dos seus GAEs/DAEs e AEs. As dificuldades mais frequentemente apontadas incluem a escassez de recursos humanos e financeiros, a indefinição de atribuições e estruturas, e a fraca articulação com os órgãos de gestão académica. Por outro lado, foram identificadas iniciativas promissoras e um crescente reconhecimento da importância destes órgãos, quer por parte dos estudantes, quer da própria direcção das IES.

O envolvimento activo da comunidade académica, o reforço da capacitação institucional e a clarificação do enquadramento normativo e funcional dos GAEs/DAEs e das AEs emergem, assim, como prioridades para a sua valorização e consolidação. O diagnóstico constitui, por isso, uma base relevante para o desenho de um projecto-piloto de capacitação e acompanhamento que responda às necessidades identificadas, promova a equidade entre IES e contribua para a melhoria da qualidade do ensino superior em Angola.

8. ANEXOS

ANEXO I – Inquérito com os pesos

55

ANEXO II – Listagem das IES contactadas para participarem do inquérito por questionário

ANEXO III – Guião de apoio das entrevistas: Metodologia CHARP

ANEXO IV – Respostas dos inquéritos



**EXPERTISE
FRANCE**
GROUPE AFD

ANGOLA **mescti**
Ministério da Educação e Ciência
Tecnologia e Inovação



9. BIBLIOGRAFIA

Decreto Presidencial n.º 256/21, de 21 de outubro. (2021). *Estabelece o regime de organização e funcionamento das Instituições de Ensino Superior Públicas*. Direito Angolano: LEX.AO. <https://lex.ao>

Decreto Presidencial n.º 310/20, de 7 de dezembro. (2020). *Aprova o Estatuto da Carreira Docente do Ensino Superior*. <https://lex.ao>

Programa UNI.AO. (2025). *Nota de enquadramento: Diagnóstico dos Gabinetes de Apoio ao Estudante e Associações de Estudantes em Instituições de Ensino Superior* [Documento interno de consultoria]. UNI.AO Angola.

Universidade Jean Piaget de Angola. (2025). <https://www.unipiaget-angola.org>

